

INÊS LENARTÓVICZ

**ACESSO AO CRÉDITO NO BRASIL POR PARTE DAS PESSOAS FÍSICAS, NO
PERÍODO DE 1999 A 2005**

**Monografia apresentada como requisito parcial para
conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor
de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal
do Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. Armando Vaz Sampaio

**CURITIBA
NOVEMBRO/2006**

TERMO DE APROVAÇÃO

INÊS LENARTÓVICZ

ACESSO AO CRÉDITO NO BRASIL POR PARTE DAS PESSOAS FÍSICAS, NO PERÍODO DE 1999 A 2005

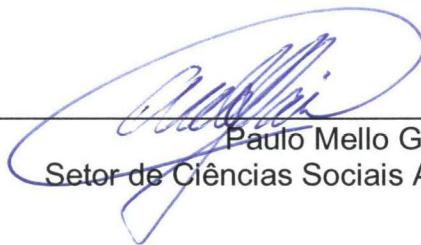
Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de graduação no curso
de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: _____



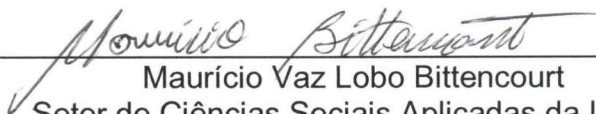
Prof. Dr. Armando Vaz Sampaio
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Professor Dr.: _____



Paulo Mello Garcias
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Professor Dr.: _____



Maurício Vaz Lobo Bittencourt
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Curitiba, novembro de 2006.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pois é Ele que me dá força e coragem em tudo que faço.

Agradeço ao orientador, professor Armando Vaz Sampaio, pela atenção, esclarecimentos, sugestões, pelo tempo disponibilizado em me atender e por toda a ajuda prestada no desenvolvimento desta monografia.

Aos professores Paulo Mello Garcias e Maurício Vaz Lobo Bittencourt, por fazerem parte da banca examinadora, e pelas sugestões e esclarecimentos.

Aos meus pais e irmãos por todo amor e carinho.

E a todos os meus amigos e amigas e também àquelas pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra para que este trabalho se realizasse.

A todos, muito obrigada!

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	v
LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE SIGLAS.....	viii
LISTA DE SÍMBOLOS.....	ix
RESUMO.....	x
INTRODUÇÃO.....	1
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
1.1 ECONOMIA E POLÍTICA MONETÁRIA DE KEYNES.....	3
1.1.1 Demanda e Oferta de Crédito.....	4
1.1.2 Mercado de Crédito.....	6
1.2 RENDA E CONSUMO.....	7
1.3 TEORIA KEYNESIANA DA TAXA DE JUROS.....	9
2 MERCADO DE CRÉDITO BRASILEIRO E O CENÁRIO ECONÔMICO NO PERÍODO DE 1999-2005.....	11
2.1 DEMANDA POR CRÉDITO NO BRASIL: 1999-2005.....	14
3 FATORES QUE INFLUENCIARAM NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	23
3.1 RENDA.....	23
3.2 INADIMPLÊNCIA.....	27
3.3 TAXA DE JUROS.....	33
3.4 SPREAD BANCÁRIO.....	37
3.5 ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO.....	42
4 ANÁLISE DA DEMANDA DE CRÉDITO E SUAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	47
4.1 METODOLOGIA.....	47
4.2 RESULTADOS DA ANÁLISE DA REGRESSÃO.....	48
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS.....	57
ANEXO.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES NO BRASIL - TOTAL PESSOA FÍSICA: 2000 - 2005.....	21
GRÁFICO 2 -	OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES NO BRASIL - INADIMPLÊNCIA DE 15 A 90 DIAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA MODALIDADE: 2000-2005.....	31
GRÁFICO 3 -	OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES NO BRASIL - INADIMPLÊNCIA ACIMA DE 90 DIAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA MODALIDADE: 2000-2005.....	32
GRÁFICO 4 -	TAXA MÉDIA MENSAL DA TAXA DE JUROS (PRÉ-FIXADA) DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES – TOTAL GERAL: 1999-2005.....	34
GRÁFICO 5 -	TAXA MÉDIA MENSAL DA TAXA DE JUROS (PRÉ-FIXADA) DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES: 2000-2005.....	36
GRÁFICO 6 -	SPREAD MÉDIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES REFERENCIAIS PARA TAXA DE JUROS (PRÉ-FIXADO) - TOTAL PESSOA FÍSICA: 2000-2005.....	39
GRÁFICO 7 -	SPREAD MÉDIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES REFERENCIAIS PARA TAXA DE JUROS (PRÉ-FIXADO): 2000-2005.....	41

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	RELAÇÃO CRÉDITO/PIB NO BRASIL: 1999-2005.....	11
TABELA 2 -	OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES: 2000-2005.....	20
TABELA 3 -	EVOLUÇÃO DO CRÉDITO PESSOA FÍSICA: 2004-2005.....	22
TABELA 4 -	VALOR ANUAL EM REAIS DO PIB E A CONTRIBUIÇÃO DO CONSUMO FINAL NO SEU CRESCIMENTO: 1999- 2005.....	25
TABELA 5 -	OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES - INADIMPLÊNCIA DE 15 A 90 DIAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA MODALIDADE: 2000-2005.....	30
TABELA 6 -	OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES - INADIMPLÊNCIA ACIMA DE 90 DIAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA MODALIDADE: 2000-2005.....	32
TABELA 7 -	TAXA MÉDIA MENSAL DA TAXA DE JUROS (PRÉ- FIXADA) DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES: 2000-2005.....	35
TABELA 8 -	SPREAD MÉDIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES REFERENCIAIS PARA TAXA DE JUROS (PRÉ-FIXADO): 2000-2005.....	40
TABELA 9 -	REGRESSÃO 1 – DEMANDA POR CRÉDITO PESSOA FÍSICA NO BRASIL: 2001-2005.....	49
TABELA 10 -	REGRESSÃO 2 – DEMANDA POR CRÉDITO PESSOA FÍSICA NO BRASIL: 2001-2005.....	52
TABELA 11 -	REGRESSÃO 3 – DEMANDA POR CRÉDITO PESSOA FÍSICA NO BRASIL: 2001-2005.....	52
TABELA 12 -	REGRESSÃO 4 – DEMANDA POR CRÉDITO PESSOA FÍSICA NO BRASIL: 2001-2005.....	53

TABELA 13 -	OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES – TOTAL CONCEDIDO PARA O SEGMENTO PESSOA FÍSICA E OS VALORES REFERENTES À INADIMPLÊNCIA.	60
TABELA 14 -	OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES – VALORES QUE CORRESPONDEM À TAXA DE JUROS E AO SPREAD BANCÁRIO.....	62
TABELA 15 -	PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE BENS INTERMEDIÁRIOS.....	64

LISTA DE SIGLAS

a.a.	- Ao ano
ACC	- Adiantamento sobre Contrato de Câmbio
a.m.	- Ao mês
BC	- Banco Central
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDC	- Crédito Direto ao Consumidor
CMN	- Conselho Monetário Nacional
FGC	- Fundo Garantidor de Créditos
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MQO	- Método dos Mínimos Quadrados Ordinários
PIB	- Produto Interno Bruto
PNB	- Produto Nacional Bruto
p.p.	- Pontos Percentuais
SFN	- Sistema Financeiro Nacional

LISTA DE SÍMBOLOS

R\$ - Reais

% - Por cento

US\$ - Dólar

RESUMO

O trabalho aborda as principais variáveis que influenciaram nas operações de crédito pessoa física com recursos livres no Brasil, evidenciando as dificuldades que são encontradas na obtenção dos empréstimos, no período de 1999-2005. Mostra que o volume de crédito brasileiro é muito baixo quando comparado com as principais economias do mundo, que tem a relação crédito/Produto Interno Bruto (PIB) muito superior ao do Brasil. Contudo, verificou-se que a quantidade de empréstimos apresentou crescimento mais acentuado nos dois últimos anos da análise, cabendo destaque para as concessões realizadas para pessoas físicas. Verifica-se ainda, que o país possui altas taxas de juros, elevados índices de inadimplência, assim como elevados spreads bancários, os quais contribuem para o baixo volume de crédito apresentado na economia. Outros fatores, como a renda e a assimetria de informação também demonstraram exercer influências sobre os empréstimos, dado que se a renda aumenta, haverá uma elevação da sua procura. Já as informações assimétricas, geram efeitos negativos para o mercado de crédito.

INTRODUÇÃO

Em 1999 foi implantado pelo Banco Central (BC), o projeto “Juros e Spread Bancário”, o qual é analisado anualmente para verificar o seu andamento, tendo sua atenção principal voltada a encontrar formas que levem a diminuir os custos do crédito no Brasil e expandir os empréstimos realizados, haja vista que o país ainda pode aumentar e melhorar o volume que é concedido.

A economia brasileira, conforme poderá ser observado neste trabalho, apresenta um baixo volume de crédito concedido, pois o país possui pouca oferta, e muitas vezes as pessoas encontram algumas dificuldades em adquiri-lo.

De acordo com o BC, o Brasil apresentou no período 1999-2005 uma relação crédito/PIB média de 27,11%, que segundo FARHI (2003), representa uma média muito baixa diante das principais economias do mundo, como o Reino Unido e o Japão, por exemplo, que tem esta relação acima de 100%.

Além do reduzido volume de crédito, a economia brasileira também apresenta altas taxas de juros e elevados spreads bancários quando comparada com as grandes economias mundiais. O custo do crédito elevado, somado ao pequeno crescimento, respondem em grande parte, pela baixa oferta de crédito apresentada no país (PAULA e LEAL, 2006).

Contudo, mesmo que em pequenos percentuais, o mercado de crédito brasileiro vem crescendo ao longo do tempo, e essa expansão se deve principalmente ao crédito pessoa física com recursos livres, o qual apresentou significativo crescimento a partir de 2004, onde as pessoas passaram a ter um maior acesso às operações, cabendo destaque para a modalidade de crédito pessoal, devido ao aumento das operações de empréstimo consignado.

Com a expansão apresentada a partir de 2004, as instituições financeiras buscaram se adequar a tal crescimento, buscando atender a esse mercado, e, por consequência, aproveitando a oportunidade para aumentar os seus lucros.

Diante disso, a finalidade desta monografia é analisar as principais variáveis que influenciaram no crédito pessoa física com recursos livres no Brasil, assim como,

de que maneira tais fatores dificultaram as operações realizadas, de forma a avaliar as influências sobre a demanda de empréstimos.

Assim sendo, o primeiro capítulo tem por objetivo apresentar a ligação entre a teoria e a prática, utilizando a teoria keynesiana como base da explicação.

No segundo capítulo será realizada uma apresentação do mercado de crédito brasileiro em geral, analisando-se a partir do ambiente econômico, assim como, será apresentado como as pessoas têm acesso aos recursos das instituições financeiras, verificando-se as variações da demanda por crédito no Brasil.

O terceiro capítulo demonstrará os principais fatores que podem ter influenciado nas operações de crédito. Para tanto, será feita uma análise da renda, da inadimplência, da taxa de juros, do spread bancário e da assimetria de informação, de forma a verificar as influências e as dificuldades que estas variáveis exerceram sobre os empréstimos.

Por último, o quarto capítulo apresentará uma análise da demanda por crédito e das suas variáveis explicativas, apresentando a metodologia utilizada, e, em seguida, os resultados obtidos através da regressão, de forma a verificar o que acontece com a procura por crédito, considerada a variável dependente, quando há alterações na taxa de juros, no spread bancário, na inadimplência e na renda, que são as suas variáveis explicativas.

Em um contexto geral, o estudo realizado pretende verificar as principais variáveis que influenciaram nas concessões de crédito e analisar os principais motivos que dificultaram sua realização no Brasil, por parte das pessoas físicas, no período de 1999 a 2005.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para desenvolver este capítulo, apresenta-se a teoria de KEYNES, a qual tem uma base teórica que permite analisar com maior clareza o comportamento dos bancos e dos tomadores de empréstimos, sendo possível compreender as relações existentes entre ambos, além de apresentar os principais fatores que têm ligação direta com o crédito, como a renda e a taxa de juros. Assim, a teoria keynesiana dará fundamento teórico econômico à pesquisa.

1.1 ECONOMIA E POLÍTICA MONETÁRIA DE KEYNES

Normalmente, as pessoas procuram por crédito para satisfazer suas necessidades imediatas, não tendo recursos suficientes para atender o desejo de adquirir um determinado produto ou serviço, elas buscam uma instituição financeira para obter o empréstimo no valor desejado, conforme mostra CARVALHO (2001).

Segundo CARVALHO (2001, p. 166-169), em sua explicação da teoria da política monetária de Keynes, é possível observar que muitas vezes haverá demanda por crédito não atendida, caso exista uma taxa de juros muito alta, porém, reduzindo-se a taxa de juros, poderá aumentar a oferta de crédito bancário, e assim, podendo atender às necessidades dos tomadores de empréstimos, ou seja, instituições que ofertam crédito e mantêm elevadas taxas de juros, poderão ter crédito disponível sem ter a devida procura, porém, o tomador de empréstimo ficará satisfeito se aumentar a oferta de crédito e diminuir a taxa de juros, mas esta política tem um limite, pois deve-se chegar somente até onde não exista mais insatisfação.

A política monetária é controlada pelo BC, o qual pode alterar a quantidade de moeda que circula na economia. Os recursos bancários dependem desta política. Se o BC aumenta a oferta de moeda, os bancos poderão expandir a oferta de crédito, pois terão mais recursos disponíveis para realizar novos empréstimos. Da mesma forma, a expansão monetária afetará a taxa de juros, assim como gera efeitos sobre a renda.

De acordo com KEYNES, citado por CARVALHO (2001, p. 46-58), a demanda por moeda depende do total da renda. Keynes cita três motivos que determinam a demanda por moeda: os motivos transação, precaução e especulação. No motivo transação, a demanda por moeda é realizada durante o intervalo de recebimento e gasto da renda, a quantidade de moeda demandada depende da quantidade de renda, pois o agente demanda moeda dada sua necessidade para comprar ou vender bens e serviços de acordo com o montante da renda. Aqui a renda é gasta durante o período em que ela é recebida. No motivo precaução, a renda não é gasta no momento em que é recebida. Aqui, a moeda serve para atender às necessidades futuras, ou passar por períodos incertos, pois é um ativo seguro. Há um transporte de renda de um período para outro. No motivo especulação, a demanda por moeda depende da incerteza quanto a mudanças da taxa de juros futura. A demanda por moeda irá aumentar, na medida em que a taxa de juros se reduz. Comparando o motivo precaução e o motivo especulação, verifica-se que os dois dependem das incertezas quanto ao futuro. Há também o motivo financeiro que foi introduzido por Keynes após sua publicação da Teoria Geral. Este está ligado à demanda por moeda para investimento em bens de capital.

1.1.1 Demanda e Oferta de Crédito

Como se pode analisar a seguir, o crédito se realiza entre credores e tomadores de recursos, onde o tomador tem o compromisso de devolver o empréstimo em uma data pré-determinada.

Segundo CARVALHO (2001, p. 236), o crédito é uma relação financeira que se estabelece entre o público e as instituições financeiras, onde ocorre uma transferência dessas instituições que possuem recursos disponíveis, para as pessoas que necessitam demandar tais recursos, a fim de atender algum tipo de necessidade, comprometendo-se através de contratos, com um pagamento futuro.

Instituições credoras devem levar em conta o valor que as pessoas estão dispostas a pagar a mais como recompensa do empréstimo, ou seja, a que taxa de

juros esses demandantes estão dispostos a emprestar, além disso, devem ter a percepção dos riscos que envolvem o negócio (calote por parte do devedor, por exemplo). As pessoas, por sua vez, quando procuram o crédito, devem verificar se o retorno é realmente o esperado, analisando se é ou não viável realizar o mesmo, tendo em vista os riscos que se está sujeito, como, por exemplo, problemas que possam surgir, impossibilitando o pagamento da dívida (CARVALHO, 2001, p. 239).

A capacidade de o devedor efetuar o pagamento depende de alguns fatores, tais como: sua situação financeira, valor e prazo da dívida, e os custos que ela possui, dentre os quais está a taxa de juros. Dessa forma, a pessoa depende não somente do seu comportamento, mas muitas vezes da situação em que o mercado se encontra (COSTA, 1999, p. 219).

Segundo CHICK (1993, p. 258), o empréstimo depende da taxa de juros sobre os créditos de curto prazo e também da percepção do banco em relação aos riscos de débitos de liquidação improvável. A autora quer dizer que os juros têm influência na concessão de empréstimos, como por exemplo, quanto maior for a taxa de juros, menos créditos serão concedidos, dado que o custo para o tomador se torna caro, logo este poderá não realizar o empréstimo, assim como, se ao conceder o empréstimo, o banco perceber risco de inadimplência, ou seja, de calote por parte do tomador, o banco não realizará o mesmo.

As autoridades monetárias têm poder para controlar a política monetária. Elas podem atuar, por exemplo, para estabilizar a taxa de juros, fornecendo aos bancos e aos mercados de ativos financeiros liquidez que seja suficiente para atender um aumento da demanda por crédito e retirando liquidez através de operações de mercado aberto quando a demanda diminui (CHICK, 1993, p. 259). Conforme exposto, pode-se verificar que a quantidade de moeda em uma economia pode ser controlada pelo BC, podendo a mesma influenciar nas operações de crédito.

De acordo com MINSKY, citado por COSTA (1999, p. 226-227), caso haja instabilidade financeira, atingindo o ciclo do crédito, o BC tem por finalidade acomodar essa situação econômica, atendendo necessidades de liquidez. Com isso, a capacidade produtiva continuaria seu processo de expansão, de forma com que os

lucros continuassem, sendo assim possível pagar as dívidas. Já a função do Governo Federal em uma crise econômica, é colocar em prática a política fiscal. A elevação do gasto público autônomo manterá a procura por crédito atendida, de maneira a compensar uma redução do gasto privado em consumo e investimento, caso venha a ocorrer.

Os bancos são considerados um sistema bancário e as suas obrigações financeiras se tornaram o meio predominante de pagamento, assim eles podem expandir o crédito sem medo de perder reservas de dinheiro. A alta concentração bancária, leva a baixas perdas. Quando se amplia a quantidade de empréstimos em todo o sistema, um banco qualquer, espera compensar sua perda por meio de suas próprias operações baseado nos recursos entrantes, que são resultado da expansão de outros bancos. Por consequência, os bancos podem aumentar o crédito até um múltiplo das reservas de dinheiro que possuem (CHICK, 1993, p. 262).

O crédito que é concedido ao público estabelece uma interdependência entre oferta e demanda, ou seja, se há uma redução dos empréstimos, não é porque houve apenas uma escassez de recursos para emprestar, mas também por causa de pouca procura por esses recursos, dentro das condições que o contrato oferece. Num contrato mútuo - contrato onde o dinheiro é transferido para outro, adquirindo a obrigação de pagar na mesma moeda, a quantia que lhe foi emprestada com acréscimo de juros - há troca de interesses entre o prestador e o devedor (COSTA, 1999, p. 253).

Nos estudos de CHICK (1993), sobre a teoria de Keynes, pode-se observar que a rotatividade do financiamento bancário se dá através dos empréstimos, que quando gastos, voltam ao sistema financeiro, fazendo com que os bancos tenham novamente recursos para realizar novos empréstimos, dado que através da renda da população, grande parte dos gastos e da própria renda passa pelo sistema bancário.

1.1.2 Mercado de Crédito

No mercado de crédito são realizadas transações entre credores e devedores, que por meio da operação realizada, resultam em obrigações que de início são

intransferíveis, onde os contratos oferecem informações a respeito de taxa de juros, prazos, garantias, etc., de maneira a satisfazer ambas as partes. O mercado de crédito se desdobra em dois segmentos, a saber, crédito de longo prazo e crédito de curto prazo (CARVALHO, 2001, p. 240).

Os bancos captam recursos através dos depósitos de seus clientes, assumindo obrigações para com eles. O cliente pode retirar o dinheiro a qualquer momento que ele quiser, se o depósito for a vista, ou em uma data pré-determinada, se o depósito for a prazo. De posse desse dinheiro, o banco pode utilizá-lo para realizar empréstimos para aqueles clientes que procuram pelo crédito. Caso os bancos não recebam a dívida dos tomadores finais, a obrigação de honrar os depósitos existentes continua sendo a mesma. Assim, de acordo com essas relações existentes, o mercado de crédito refere-se a operações intermediadas. Em outras palavras, a intermediação financeira, quer dizer que existe um intermediário nas operações realizadas, que no caso é banco responsável por receber os depósitos, e depois emprestar ao tomador final (CARVALHO, 2001, p. 242-243).

1.2 RENDA E CONSUMO

A renda é uma variável importante no consumo das pessoas e ela pode vir a influenciar de forma positiva ou negativa na demanda por crédito, conforme se mostra a seguir.

Segundo CARVALHO (2001, p. 180), dentro da teoria da política monetária no modelo de Keynes, “o nível de emprego e renda, segundo o princípio da demanda efetiva, depende dos gastos esperados. Contudo, somente se pode esperar um nível de demanda efetiva mais elevado quando, dado um nível inicial de renda, *ceteris paribus*, houver um crescimento da eficiência marginal do capital ou uma queda da taxa de juros ou uma elevação da propensão marginal a consumir da comunidade.”

Segundo KEYNES (1982, p. 84), a quantidade gasta em consumo depende do montante de renda, de algumas circunstâncias objetivas que o acompanham e das necessidades subjetivas, tendências psicológicas e hábitos das pessoas que a

compõem, assim como dos princípios que determinam a distribuição da renda entre eles.

Keynes considera alguns fatores objetivos que influenciam na propensão a consumir, a qual é definida em termos da renda medida em unidades de salário. Dentre esses fatores pode se citar: variação na unidade do salário – dependendo da situação, das preferências do público e das condições sociais que determinam a distribuição da renda, a renda real de uma pessoa pode se elevar ou baixar, de acordo com as unidades de trabalho que se pode coordenar; variação na diferença entre renda e renda líquida – o consumo depende principalmente da renda líquida, pois uma pessoa calcula seus gastos de acordo com sua renda líquida; variações não previstas nos valores de capital não considerados no cálculo da renda líquida – este fator pode ocasionar variações de curto prazo na propensão a consumir; variações na relação de troca entre os bens presentes e os bens futuros – influências a curto prazo da taxa de juros sobre os gastos de cada pessoa realizados com uma certa quantia de renda não tem tanta importância, com a exceção de grandes variações; variações na política fiscal – problemas ou mudanças da política do governo, podem ocasionar uma redução ou uma expansão da procura efetiva; modificações das expectativas acerca da relação entre os níveis presentes e futuros da renda – em uma pessoa apenas, este fator pode ter grande influência na propensão a consumir, porém na comunidade como um todo, seus efeitos tendem a compensar-se. Assim, conclui-se que, a propensão a consumir, dependendo da situação, irá se manter relativamente constante, se não houver alterações na unidade de salário em termos monetários. Entretanto, a mesma poderá ser afetada por variações não previstas na quantidade de capital (como, por exemplo, se a pessoa tem um aumento na disponibilidade de capital, ela tenderá a gastar mais em consumo), variações substanciais na taxa de juros e na política governamental. Os demais fatores objetivos, por mais que possam atuar sobre ela, há pouca possibilidade de alterá-la (KEYNES, 1982, p. 84-87).

Os fatores citados acima influenciam na propensão a consumir, logo se conclui que o consumo está ligado à renda, que está ligada ao crédito, dado que a quantidade de renda pode influenciar no crédito, assim como as preferências ao consumo,

dependendo da quantidade de renda disponível, podem levar uma pessoa a buscar pelo empréstimo.

Para KEYNES (1982, p. 88), "...a renda agregada medida em unidades de salário é, regra geral, a principal variável de que depende o componente consumo da função de procura agregada."

KEYNES (1982, p. 89) mostra que se ocorre um aumento da renda, o consumo também aumentará, mas não na mesma proporção. Por outro lado, se houver uma redução da renda, gerada pela queda do emprego, poderá levar a um consumo maior do que a renda, onde as pessoas poderão utilizar valores poupados anteriormente, ou mesmo realizar empréstimos para suprir às suas necessidades habituais. Assim, a retração do emprego, levará à queda do consumo agregado, mas em nível menor que a diminuição da renda real.

1.3 TEORIA KEYNESIANA DA TAXA DE JUROS

De acordo com análises realizadas junto ao site do BC, pode-se dizer que os juros são os ganhos que os bancos têm, quando concedem empréstimos, e por outro lado, é o custo do tomador em antecipar seu gasto, pois se ganha liquidez hoje, à custa de um comprometimento de renunciar a liquidez depois, conforme CHICK (1993).

Segundo KEYNES (1982, p. 137) a taxa de juros é definida como a recompensa que se tem por não entesourar em um determinado período (neste caso por parte de quem concede o empréstimo), onde se abre mão do poder de comando sobre a moeda em troca de uma dívida a ser paga em um momento futuro.

A quantidade de moeda é um fator importante que determina a taxa de juros, dado que se há um aumento da quantidade de moeda, a taxa de juros tende a se reduzir e se diminui a quantidade de moeda na economia, a taxa de juros tende a se elevar. Isso pode acontecer por vários motivos, dentre eles, pode-se citar primeiramente que na medida em que há uma redução da taxa de juros, pode ocorrer, mantendo tudo mais constante, que a preferência pela liquidez, absorva mais moeda. Assim, se uma queda da taxa de juros pode aumentar a renda, a quantidade de moeda a reservar para

as transações necessárias, dependerá do aumento da renda. Em segundo lugar, cada queda da taxa de juros pode aumentar a quantidade de moeda que uma pessoa deseja manter em forma de riqueza, dado que sua visão sobre a taxa de juros no futuro é diferente da do mercado (KEYNES, 1982 p. 140).

A incerteza que uma pessoa tem sobre a taxa de juros futura, fará com que a pessoa guarde o seu dinheiro, optando pela preferência de liquidez da moeda como meio de conservação de riqueza (KEYNES, 1982, p. 138).

Nos estudos da teoria econômica de Keynes, DILLARD (1989, p. 151), mostra que o juro é um fenômeno monetário no sentido de que a sua taxa é determinada pela demanda e pela oferta de dinheiro, onde um aumento da taxa de juros significa que se paga uma recompensa maior por não entesourar. Com isso o autor quer dizer que, um agente que possui recursos disponíveis, pode emprestar para outro que está necessitando de recursos, assim, o agente com escassez de recursos assume uma dívida por um determinado período para com o qual está com excesso de recursos, pagando a este último a taxa de juros, sendo esta uma forma de recompensa àquele que acumulou riquezas.

A taxa de juros é diferente para períodos de duração diferentes. Há uma taxa para empréstimos de um mês, outra taxa para empréstimos de três meses, outra para os empréstimos de seis meses, um ano, cinco anos e assim por diante. Elas são diferentes na importância, mas são todas da mesma espécie (DILLARD, 1989, p. 153).

Cada modalidade de crédito possui uma taxa de juros diferenciada. O grau da inadimplência e a tributação são dois fatores que influem sobre ela, pois se há um alto nível de inadimplência, os bancos poderão cobrar juros mais elevados em suas operações, com o objetivo de minimizar as perdas. Assim como, se houver um aumento da carga tributária, as taxas de juros também serão maiores. Essa elevação irá afetar principalmente, no custo final do tomador de empréstimos (COSTA, 1999, p. 208).

Segundo CARVALHO (2001, p. 179), “a taxa de juros é o prêmio cobrado pelos agentes para abrir mão da liquidez que possuem”. Ela é controlada pelo BC, dado que se há um aumento da oferta de moeda, diminui a taxa de juros, e se diminui a oferta de moeda, aumenta a taxa de juros.

2 MERCADO DE CRÉDITO BRASILEIRO E O CENÁRIO ECONÔMICO NO PERÍODO DE 1999-2005

O presente capítulo tem por finalidade apresentar o mercado de crédito brasileiro, procurando-se analisá-lo a partir do ambiente econômico, evidenciando as variáveis que afetam as operações de crédito, seja de forma positiva ou negativa. Além disso, será apresentada a evolução do crédito ao longo dos anos em análise.

A seguir, analisa-se a participação do crédito em relação ao PIB brasileiro, que entre os anos de 1999 e 2005, variou em torno de 25%, com uma pequena melhora ao final desse período, aonde chegou a 30%, como se pode observar na tabela 1. Conforme mostra FARHI (2003), esta média ainda está muito baixa, diante das principais economias do mundo, como o Reino Unido e o Japão, por exemplo, que tem a relação crédito/PIB acima de 100%.

De acordo com PAULA e LEAL (2006), a baixa relação crédito/PIB no Brasil, combinada com elevadas taxas de juros e os altos spreads bancários, respondem pela baixa oferta de crédito no país. Segundo um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), citado pelos autores, "...a relação crédito dos bancos comerciais/PIB no Brasil era de 21,5% em 2003, significativamente inferior à do Chile (68,5%), Uruguai (64,3%), Estados Unidos (60,8%), área do Euro (140,6%), Japão (64,3%) e Coréia (98,9%), entre outros." Os dados assim comprovam a baixa relação crédito/PIB no Brasil quando comparado com outros países.

TABELA 1 - RELAÇÃO CRÉDITO/PIB NO BRASIL: 1999-2005

DISCRIMINAÇÃO	PARTICIPAÇÃO (%)						
	Dez/99	Dez/00	Dez/01	Dez/02	Dez/03	Dez/04	Dez/05
Crédito total/PIB	27,2	28,0	26,7	24,2	26,2	27,0	30,5
Recursos livres/PIB	8,7	15,9	17,5	14,9	16,0	17,2	20,7
Pessoa física/PIB	3,9	5,4	6,3	5,3	6,2	7,4	9,3

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTA: Tabela extraída e adaptada de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006.

Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

Verifica-se que no período analisado, houve uma queda da relação crédito/PIB entre os anos de 2000 e 2002, e, após este período, tal relação voltou a crescer. A redução que teve em 2002, deve-se a condições econômicas desfavoráveis existentes nos cenários externo e interno, como será especificado no decorrer do texto, assim como serão apresentados os fatores que, para determinados períodos, levaram à redução dos empréstimos realizados e que, em outros, gerou expansão.

A elevação do volume de crédito que teve em 2000, se deve ao crescimento da atividade econômica, conjuntura internacional estável, aumento da oferta de recursos e trajetória de redução das taxas de juros. Já em 2001, a queda dos empréstimos foi devida a diminuição de expectativas econômicas por parte dos agentes econômicos, diante de fatores adversos a que foi submetida a economia brasileira, tais como, a diminuição da procura por recursos para consumo e investimentos, o aumento do custo do crédito e a maior seletividade das instituições financeiras no momento de conceder o empréstimo. Entretanto, o volume de crédito concedido em 2001 se deu através do crédito com recursos livres, tendo em vista a redução dos recursos direcionados que ocorreu em julho desse ano, devido à diminuição dos empréstimos destinados às instituições públicas federais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001b, p. 66).

As operações de crédito do sistema financeiro estão diretamente ligadas ao desempenho da economia de uma maneira geral, pois se ocorrem desequilíbrios econômicos, ou incertezas quanto ao mercado futuro, poderá afetar de uma forma ou de outra a demanda ou a oferta de crédito. Se, por exemplo, ocorrer avanços da atividade econômica, como crescimento da economia, poderá levar as pessoas a demandarem mais empréstimos, ou então, haver um aumento da oferta de recursos para que as famílias tenham um maior acesso a financiamentos. Por outro lado, se ocorre uma redução da atividade econômica, poderá afetar o mercado de crédito por meio da redução dos recursos ofertados ou através da diminuição da demanda, levando assim, a uma queda do volume de crédito concedido.

Em 2002, as concessões de empréstimos foram atingidas por condições desfavoráveis existentes nos cenários externo e interno, como a redução de financiamentos internacionais e volatilidade da taxa de câmbio, repercutindo sobre a

economia, taxa de juros e preços, contribuindo para a estabilidade da procura por empréstimos, e mantendo a tendência de atraso das decisões de investir por parte das empresas e de consumo por parte das famílias, principalmente produtos mais caros (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002b, p. 60).

A pequena evolução do crédito no primeiro semestre de 2003 foi devido a diversos fatores predominantes na economia, como a diminuição da atividade econômica, redução da renda real e restrições nas condições da oferta de crédito. Estes fatores ocorreram a partir de incertezas que se verificou em 2002, principalmente quanto à expectativa da política econômica que se iniciaria com a mudança de governo e os limites nos empréstimos externos para o país. A partir de 2003, foram criadas condições para que as pessoas tivessem maior facilidade em obter crédito, onde um dos destaques foi o empréstimo consignado, além disso, criaram-se medidas para que o spread bancário baixasse (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003c, p. 63-64).

Como se pode verificar através das análises feitas, cabe ao governo e ao BC, controlar e administrar a economia, inserindo-se as operações de crédito, pois os empréstimos realizados, sejam eles para o sistema financeiro público ou privado, através de recursos livres ou direcionados, são uma importante ferramenta para aumentar e melhorar o nível econômico do país.

Em 2004, a expansão do crédito se deu pela maior demanda de recursos para consumo e investimentos, predominando a carteira com recursos livres. O aumento verificado em maior volume foi no segmento pessoa física, devido principalmente à modalidade de crédito pessoal, por conta do maior acesso das famílias ao crédito através do empréstimo consignado em folha de pagamento, o qual tem tido importante significância na melhora do perfil de endividamento das pessoas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004b, p. 55).

O volume total de crédito concedido em 2004 foi de R\$ 485 bilhões, destes, o sistema financeiro privado representava R\$ 293,3 bilhões, com evidência para as modalidades pessoa física e comércio, enquanto que os bancos públicos tiveram um total financiado de R\$ 191,7 bilhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004b, p. 55).

Verifica-se nesse contexto, que no mercado de crédito brasileiro, a maioria dos empréstimos concedidos, são representados pelo sistema financeiro privado.

Ao final do ano de 2005, segundo o BC, o acréscimo das operações de crédito se deveu principalmente, aos recursos destinados para o setor privado, refletindo o crescimento de financiamentos para pessoas físicas e para o comércio.

2.1 DEMANDA POR CRÉDITO NO BRASIL: 1999-2005

Nesta seção, será apresentado como as pessoas tiveram acesso ao crédito no período de 1999 a 2005, analisando-se os dados do BC, e verificando quais os fatores que determinam a procura por empréstimos no segmento pessoa física (cheque especial, crédito pessoal, aquisição de bens - veículos e outros e cartão de crédito) na modalidade de crédito livre doméstico (crédito total exceto os direcionados e repasses de recursos oficiais e de recursos externos).

No quadro seguinte estão apresentados os tipos de créditos existentes no Sistema Financeiro Nacional (SFN), apenas para conhecimento e para melhor destacar o qual será analisado neste trabalho, conforme já descrito no parágrafo anterior.

QUADRO 1 - TIPOS DE CRÉDITOS EXISTENTES NO SFN

MODALIDADES DE CRÉDITOS DO SFN	
Recursos livres Domésticos Pessoa física Cheque especial Crédito pessoal Aquisição de bens veículos Aquisição de outros bens Cartão de crédito Pessoa jurídica Hot Money Desconto de duplicatas Desconto de notas promissórias Capital de giro Conta garantida Aquisição de bens Vendor	Recursos livres Recursos externos Repasse externos Adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC) Export Notes Financiamento de importação R\$/US\$ Valor em US\$ Recursos direcionados Habitacional Rural Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Leasing Setor público

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

Através de análises do segmento pessoa física, será abordado o que ocorre quando a demanda por crédito aumenta e quando ela diminui, verificando-se também algumas das principais variáveis que influenciaram nas concessões de crédito. Como se pode observar a seguir, no mesmo ano podem ocorrer variações na procura por empréstimos, podendo a mesma variar por fatores sazonais, entretanto, a mesma pode se dar por diversos motivos.

No ano de 1999, nas operações de crédito com recursos livres para pessoa física, destaca-se o crescimento de 48,6% do crédito pessoal, enquanto que o financiamento para aquisição de bens cresceu 3,5%. Fatores sazonais influenciaram no aumento da demanda por crédito a partir de agosto de 1999. Destaca-se nesse período a redução da inadimplência, devido ao pagamento antecipado do 13º salário, e o aumento do financiamento para aquisição de bens, pelo fato de estar próximo às festividades do final do ano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1999, p. 60-61).

O saldo das concessões de empréstimos do segmento livre do sistema financeiro atingiu R\$ 56,8 bilhões na média de fevereiro de 2000, com um aumento de 20,2% em relação ao saldo de igual mês do ano anterior. Este expressivo aumento dos empréstimos do sistema financeiro a partir do terceiro trimestre de 2000, é creditado à recuperação da atividade econômica, à queda da taxa de inadimplência e às medidas adotadas pelo BC em setembro e outubro de 1999, como a redução de compulsórios e as destinadas a reduzir os juros ao tomador. As operações de crédito destinadas a pessoas físicas, atingiram saldo médio de R\$ 21,8 bilhões em fevereiro de 2000, um aumento de 30,9% nos últimos doze meses. Nesse segmento, houve crescimento do crédito pessoal (55,9% nos últimos doze meses), atingindo R\$ 10,3 bilhões, contrastando com o baixo crescimento (9,4 % nos últimos doze meses) das operações de cheque especial (R\$ 5,7 bilhões) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2000a).

Em dezembro de 2001, o total das operações de crédito com recursos livres, atingiram R\$ 192,7 bilhões, desse total R\$ 69,9 bilhões correspondem aos créditos concedidos a pessoas físicas, com expansão de 36,2% no ano. No que se refere ao total de crédito concedido com recursos livres, verifica-se que houve uma queda no segundo semestre de 2001 quando comparado ao ano anterior. Registrou-se aumento

de 4,7% em 2001, quando que em 2000 o aumento foi de 23,1%. Alterações nas normas do BC a partir de junho de 2000 modificaram critérios e ampliaram a base de informações. Nos últimos seis meses de 2000 houve estabilidade macroeconômica, enquanto que em 2001 esta não se verificou, houve sim, no segundo semestre desse ano, uma instabilidade nos cenários externo e interno, que provocou aumento da taxa de juros, depreciação cambial, tendo como consequência um desestímulo a demanda por crédito para investimento e consumo. Nesse ano, nas operações de crédito pessoa física, destacou-se um aumento de 25% do crédito rotativo, havendo uma maior utilização do cheque especial (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001b, p. 70-71).

Analisando-se o que foi apresentado anteriormente, verifica-se que o volume de crédito pode ser afetado por instabilidade na economia, pois, se em um determinado período, por exemplo, a taxa de juros se mantém estável, e logo após ela aumenta, poderá ocorrer uma redução da procura por empréstimos. Portanto, instabilidades econômicas, podem vir a afetar a demanda por crédito.

De acordo com o boletim do BC (2001b, p. 72), o cenário macroeconômico restritivo que se apresentou em 2001, fez com que as instituições financeiras adotassem maior seletividade nas suas concessões de empréstimos, aumentando também os prazos de financiamento. Nas operações de crédito pessoa física, o prazo médio aumentou de 279 para 303 dias.

Em dezembro de 2002, as operações de crédito com recursos livres atingiram R\$ 213,1 bilhões, uma variação nominal de 9,8% em doze meses. Esse resultado, que ficou abaixo da inflação acumulada no período, se deve a baixa evolução da procura por empresas e famílias, devido à redução das expectativas por parte dos agentes econômicos, o alto custo dos empréstimos e as incertezas decorrentes do período eleitoral (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002b, p. 65).

Do total desta modalidade de empréstimos, atingida em dezembro de 2002, R\$ 76,3 bilhões foram demandadas pelas pessoas físicas, aumentando 9,1% no ano. As famílias foram mais cuidadosas ao obter empréstimos, devido às elevadas taxas de juros, a deterioração de suas rendas e as condições desfavoráveis do mercado de trabalho. Estes fatores, juntamente com as liberações de recursos do Fundo de

Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), contribuíram para uma menor demanda por crédito, pois as pessoas procuraram não se endividar nesse período (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002b, p. 65-66).

Pode-se verificar que a procura por empréstimos diminui à medida que as incertezas econômicas aumentam, pois se as condições econômicas do país não são favoráveis aos consumidores, como o aumento dos juros e a redução dos seus rendimentos, tais fatores poderão alterar o movimento da demanda.

De acordo com o BC, em 2002 foram as operações com cartão de crédito no segmento pessoa física, que apresentaram um aumento mais significativo, representado pelo repasse das administradoras de cartões de crédito para as instituições financeiras.

Em 2003 houve aumento dos empréstimos para o segmento pessoa física, devido às condições favoráveis verificadas no período, como a redução da taxa de juros, o que levou a partir do segundo semestre a um aumento principalmente do crédito para consumo, destacando-se a aquisição de veículos. Esse destaque para a carteira de pessoas físicas teve aumento nos últimos meses do ano de 2003, devido à melhora nas expectativas e à melhora das condições de oferta de crédito, expandindo o empréstimo à população em 15,7% no ano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003c, p. 68-69).

Nesse mesmo período, houve também incentivos por parte do governo para o crédito às famílias e uma das medidas adotada, foi o estímulo ao crédito em consignação, para trabalhadores de empresas privadas. Este tipo de crédito é realizado com desconto em folha de pagamento, com um limite de 30% do rendimento disponível, onde são feitas prestações de dívidas junto ao Sistema Financeiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003c, p. 67).

O incentivo ao crédito consignado, é uma forma de aumentar o volume de empréstimos, gerando benefícios para ambas as partes, tanto para o tomador quanto para o credor, pois por um lado, há uma maior facilidade de adquirir um empréstimo, e por outro, há uma redução dos níveis de inadimplência, pois a parcela da dívida é descontada automaticamente todo mês na folha de pagamento. Sendo assim, ele é positivo para os dois lados. Entretanto, esta modalidade de empréstimo é limitada, pois

compromete a renda futura e como consequência a demanda por crédito futuro, dado que o salário estará comprometido por um tempo determinado (prazo para pagamento), e neste período é provável que não seja possível efetuar um novo empréstimo, pois primeiramente é necessário efetuar o pagamento da dívida. Dessa forma, a realização do crédito consignado poderá continuar, mas através da procura por parte de outra parcela da população.

Em outubro de 2004, as operações com recursos livres passaram a representar cerca de 46% do saldo das operações de crédito do SFN, divididos aproximadamente na mesma proporção entre operações com pessoas físicas e jurídicas (23% cada). No segmento pessoa física, a modalidade de crédito pessoal representou 38,1% e a modalidade de aquisição de bens – veículos, representou 32,9% das realizações de empréstimos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004a). A partir desse ano, houve uma intensificação da procura por crédito por parte das famílias.

As operações em análise totalizaram R\$ 271,4 bilhões, no mês de dezembro de 2004, destes, R\$ 113,3 bilhões foram concedidos para pessoa física. No total houve aumento de 21% no ano, e para as pessoas físicas aumentou em 28,6%. Destaca-se o crédito pessoal e a aquisição de bens, tanto de veículos quanto de outros bens, registrando um aumento devido à redução da taxa de juros ocorrida no primeiro semestre e o aumento da renda acompanhada pelo aumento do emprego no segundo semestre (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004b, p. 59).

Verifica-se que nesse ano houve um aumento das operações na modalidade de crédito pessoal, impulsionado pelo aumento do empréstimo consignado em folha de pagamento, tendo maior qualidade em consequência da redução da inadimplência nesse mesmo ano.

A tabela 2, conforme apresentada a seguir, mostra a trajetória das operações de crédito com recursos livres, demonstrando seus valores totais, e os valores destinados ao segmento pessoa física.

Os dados confirmam que vêm ocorrendo elevações no volume de crédito, apresentando crescimento mais significativo a partir de 2004, como já foi descrito.

Juntamente, o crédito pessoa física tem acompanhado tal crescimento, apresentando também elevações mais significativas nos dois últimos anos da análise.

Além disso, verifica-se que a participação do volume de crédito pessoa física no total das operações concedidas com recursos livres, também vem apresentando elevação, passando de 32,76% em junho de 2000, para 47,24% em dezembro de 2005. Esses dados mostram a importância desse segmento no total das concessões de empréstimos realizadas, pois se aproximam de 50% do valor total.

TABELA 2 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES: 2000-2005⁽¹⁾

	Total Geral	Pessoas físicas - total	Participação - pessoa física no total geral		Total Geral	Pessoas físicas - total	Participação - pessoa física no total geral
Mês/Ano	R\$ (Bilhões)	R\$ (Bilhões)	%	Mês/Ano	R\$ (Bilhões)	R\$ (Bilhões)	%
Jan/00	...	...	...	Jan/03	354,883	132,008	37,20
Fev/00	...	...	...	Fev/03	339,620	125,240	36,88
Mar/00	...	...	...	Mar/03	326,026	121,626	37,31
Abr/00	...	...	...	Abr/03	316,676	120,122	37,93
Mai/00	...	...	...	Mai/03	311,517	118,894	38,17
Jun/00	317,549	104,032	32,76	Jun/03	305,126	117,523	38,52
Jul/00	323,499	106,772	33,01	Jul/03	298,797	116,137	38,87
Ago/00	329,542	111,451	33,82	Ago/03	297,646	116,028	38,98
Set/00	327,356	112,895	34,49	Set/03	298,636	117,490	39,34
Out/00	331,558	115,487	34,83	Out/03	301,897	119,108	39,45
Nov/00	342,760	119,408	34,84	Nov/03	306,612	120,635	39,34
Dez/00	347,436	122,180	35,17	Dez/03	309,891	122,438	39,51
Jan/01	348,898	126,653	36,30	Jan/04	308,500	123,834	40,14
Fev/01	359,176	128,160	35,68	Fev/04	311,153	125,279	40,26
Mar/01	369,439	132,251	35,80	Mar/04	310,414	126,378	40,71
Abr/01	380,786	136,246	35,78	Abr/04	317,881	128,818	40,52
Mai/01	385,122	137,679	35,75	Mai/04	325,371	130,802	40,20
Jun/01	376,995	136,539	36,22	Jun/04	325,216	131,433	40,41
Jul/01	378,266	135,466	35,81	Jul/04	326,222	132,886	40,73
Ago/01	379,070	134,999	35,61	Ago/04	330,784	136,521	41,27
Set/01	384,865	134,832	35,03	Set/04	334,475	138,594	41,44
Out/01	383,790	135,857	35,40	Out/04	345,394	145,909	42,24
Nov/01	380,055	136,305	35,86	Nov/04	347,424	148,462	42,73
Dez/01	362,945	135,223	37,26	Dez/04	350,040	152,127	43,46
Jan/02	361,847	136,199	37,64	Jan/05	354,431	155,402	43,85
Fev/02	361,678	136,668	37,79	Fev/05	359,912	158,536	44,05
Mar/02	361,902	137,343	37,95	Mar/05	366,147	163,223	44,58
Abr/02	362,699	140,133	38,64	Abr/05	372,097	166,672	44,79
Mai/02	365,562	140,947	38,56	Mai/05	369,671	169,799	45,93
Jun/02	377,127	140,945	37,37	Jun/05	367,518	169,613	46,15
Jul/02	385,704	141,753	36,75	Jul/05	371,584	171,740	46,22
Ago/02	378,991	142,639	37,64	Ago/05	376,254	176,525	46,92
Set/02	395,230	142,731	36,11	Set/05	381,751	180,746	47,35
Out/02	380,741	141,891	37,27	Out/05	390,337	184,842	47,35
Nov/02	376,603	140,138	37,21	Nov/05	399,017	188,773	47,31
Dez/02	362,758	133,510	36,80	Dez/05	403,746	190,731	47,24

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS: Tabela extraída e adaptada de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006.

Disponível em:

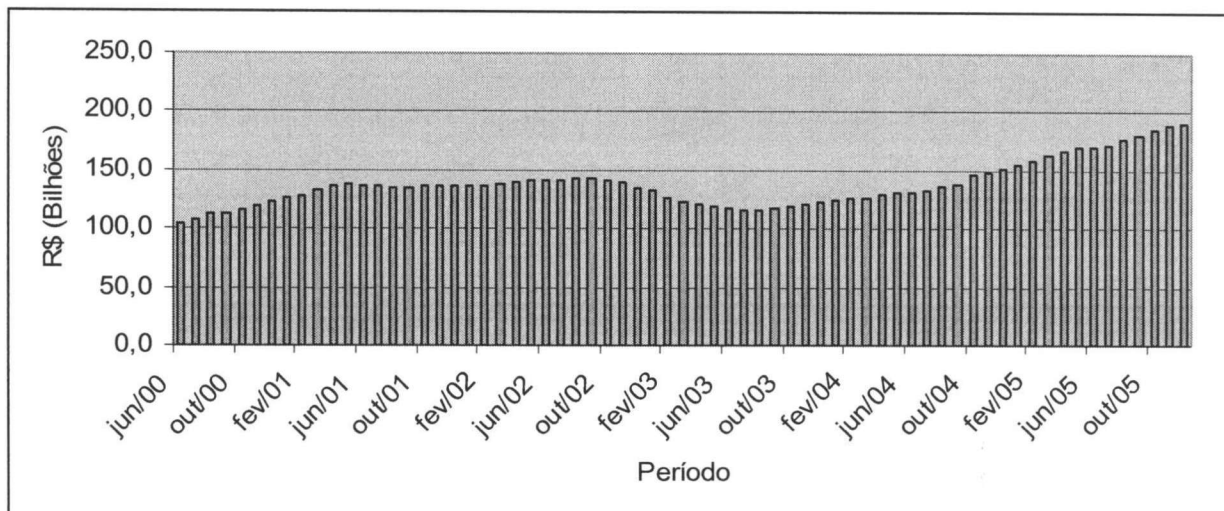
<<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

... Dado não disponível

(1) Valores constantes (a preços de dezembro/2005) - Fator de correção: IGP-DI

A elevação mais significativa da demanda de crédito pessoa física apresentada a partir de 2004, também pode ser observada no gráfico a seguir.

GRÁFICO 1 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES NO BRASIL - TOTAL PESSOA FÍSICA: 2000 – 2005⁽¹⁾



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS: Elaboração própria

Dados extraídos de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

⁽¹⁾ Valores constantes (a preços de dezembro/ 2005) - Fator de correção: IGP-DI

Essa expansão que tem apresentado o crédito pessoa física fez com que as instituições financeiras buscassem atender esse aumento da demanda, e consequentemente elevar os seus lucros.

Assim, como observa PEREIRA (2006), “há uma forte busca pelo cliente, que ocorre em duas vias fundamentais: por meio de ações amplas, diretamente sobre a pessoa física, e por meio de grandes alianças entre empresas de varejo e instituições financeiras, como foram os casos do Pão de Açúcar com o Itaú e o das Casas Bahia com o Bradesco.” Fique claro, que não é apenas aumentar o número de clientes, mas também elevar os lucros advindos do crédito, pois os empréstimos destinados às pessoas físicas oferecem altas lucratividades, dado que os altos encargos, que acabam por ser ocultados pelos prazos prolongados, são aceitos pelas pessoas, levando a

expansão desse mercado. Quanto maior for o prazo de pagamento, maior será o lucro da instituição que oferta o crédito.

A tabela 3 apresenta essa evolução, no período caracterizado pela maior expansão do segmento, através de dados para outubro de 2004 e 2005, mostrando a forte participação do crédito pessoal e o grande crescimento do crédito consignado.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO PESSOA FÍSICA: 2004-2005

MODALIDADES	OUT/04	OUT/05	CRESCIMENTO	PARTICIPAÇÃO (%)
	R\$ Bilhões	R\$ Bilhões	%	Out/05
Crédito pessoal	41,3	61,9	49,9	34,7
Aquisição de bens (veículos)	35,6	47,2	32,6	26,4
Cheque especial	10,7	12,5	16,8	7,0
Cartão de crédito	7,6	11,2	47,4	6,3
Aquisição de bens (outros)	6,6	9,6	45,5	5,4
Imobiliário	1,0	1,0	0,0	0,6
Outras operações de crédito	5,6	8,1	44,6	4,5
Total	108,4	151,5	39,8	84,9
Crédito consignado	16,2	27,0	66,7	15,1
Total geral	124,6	178,5	43,3	100,0

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL, INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

NOTA: Tabela extraída de: PEREIRA, S. L. G. **Na mira do crédito**. 2006. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/artigos/4207.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2006.

Essa evolução é contrária ao comportamento da economia em geral, caracterizada pelo baixo crescimento. Fazendo uma comparação, verifica-se que existe uma disparidade muito grande entre a demanda por crédito que é muito maior quando comparada com a renda média no Brasil nesse período, dado que entre os anos de 2004 e 2005, comparativamente no mês de outubro, o crédito pessoa física teve uma expansão de 39,8%, enquanto que a renda média cresceu apenas 1,8% (PEREIRA, 2006).

3 FATORES QUE INFLUENCIARAM NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O presente capítulo tem por finalidade apresentar os principais fatores que influenciaram de forma positiva ou negativa nas operações de crédito pessoa física com recursos livres no Brasil, no período de 1999-2005, e por consequência, avaliar como eles dificultaram estas operações, analisando as influências que tais variáveis causam sobre a demanda de crédito.

De acordo com BARBOSA e GÓES (2005), um dos maiores problemas verificado é o alto custo do capital. As causas do elevado custo do crédito no país podem ser analisadas em termos macroeconômicos, no caso da alta taxa de juros fixada pelo BC, e em termos microeconômicos devido ao setor bancário brasileiro possuir uma estrutura oligopolizada, com sua preferência pela liquidez. Além disso, os autores chamam a atenção para o que realmente sufoca o setor produtivo financeiro que são os elevados spreads bancários. Eles dizem que para haver um aumento no volume de crédito e diminuir os spreads cobrados pelos bancos, deve-se ter estabilidade macroeconômica. Mas para isso, deve aumentar a concorrência entre os bancos, dado que se encontra muito concentrado.

Têm-se ainda outros problemas, como a inadimplência e a assimetria de informação que podem fazer com que as operações de crédito sejam restringidas.

Diante disso, será feita uma análise em cima dos principais fatores que podem ter influenciado nas operações de crédito, e que também podem ter contribuído para as dificuldades que as pessoas encontram em obtê-lo, assim como, a oferta que por alguns problemas pode ser afetada. Tais fatores são os seguintes: renda, inadimplência, taxa de juros, spread bancário e assimetria de informação. Os quais serão analisados a seguir.

3.1 RENDA

Nesta seção, será feita uma análise da renda juntamente com o crescimento econômico, e quais são as suas influências no crédito pessoa física.

As pessoas que realizam empréstimos podem viabilizar um movimento positivo ou negativo na concessão de crédito por parte dos bancos, dependendo do seu nível de renda e da estabilidade dessa renda. Sendo assim, será analisado como ela pode influenciar no crédito, podendo ou não dificultar o acesso das pessoas na sua obtenção.

O crescimento econômico se refere ao aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) ou da renda per capita. Dessa forma, se houver um crescimento da economia, significa que a renda per capita do país aumentou. A elevação desta, poderá aumentar o volume de crédito concedido na economia.

O Brasil é um país em desenvolvimento, que possui uma economia que cresce a taxas muito baixas, quando comparada aos países desenvolvidos, e uma das restrições para esse crescimento é o baixo volume de crédito que a economia possui (SICREDI, 2002). Por esse lado, o que se pode observar é que o crescimento econômico depende, dentre outros motivos, da expansão do crédito. Mas o foco desta seção é analisar o contrário, ou seja, se houver crescimento econômico através da elevação da renda, poderá levar a um aumento dos empréstimos no Sistema Financeiro? Se a renda aumentou, sem ter aumentado o volume de crédito, é possível que posteriormente os empréstimos também se elevem.

Na tabela seguinte, observam-se os valores em reais do PIB, assim como a contribuição do consumo final no seu crescimento, verificando-se que são em baixas percentagens, chegando a um percentual negativo em 2003 de -0,59%, e ao final do período analisado, alcançou uma taxa de 2,03%.

TABELA 4 - VALOR ANUAL EM REAIS DO PIB E A CONTRIBUIÇÃO DO CONSUMO FINAL NO SEU CRESCIMENTO: 1999-2005

PERÍODO	PIB - R\$ (MIL)	CONSUMO FINAL - CONTRIBUIÇÃO NO CRESCIMENTO DO PIB - VAR. - (%)
1999	R\$ 973.845.966,0000	0,22
2000	R\$ 1.101.255.078,0000	2,64
2001	R\$ 1.198.736.188,0000	0,50
2002	R\$ 1.346.027.553,0000	0,04
2003	R\$ 1.556.182.114,0000	-0,59
2004	R\$ 1.766.621.034,0000	2,33
2005	R\$ 1.937.598.291,0000	2,03

FONTE: IPEADATA

NOTAS: Tabela extraída e adaptada de: IPEADATA. 2006a. Disponível em:

<<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?152013984>>. Acesso em: 18 ago. 2006.

Para melhor compreender como que a renda pode gerar efeitos sobre o crédito, pode-se analisar a renda em termos de salário, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a família gasta em média um valor mensal de R\$ 1.789,03, praticamente o total que é recebido de R\$ 1.789,66 (IBGE, 2004).

A Pesquisa de Orçamentos familiares apresentado pelo IBGE, órgão responsável por realizar a pesquisa entre julho de 2002 e julho de 2003, mostra que a grande maioria das famílias brasileiras, cerca de 85%, tem algum grau de dificuldade para chegar ao final do mês com o seu rendimento, além disso, 27,14% tem grandes dificuldades de passar o mês inteiro com a renda que recebem; 23,7% tem dificuldade e 34,6% tem alguma dificuldade. Entre aqueles que conseguem terminar o mês com o salário mensal, 8,9% tem alguma facilidade; 4,9% tem facilidade e 0,7 tem grande facilidade (IBGE, 2004).

Através desses percentuais, analisando juntamente com o crédito pessoa física, o que se pode perceber, é que as pessoas que não possuem renda suficiente, irão procurar recursos que satisfaçam suas necessidades, ou seja, buscarão por empréstimo. Seja através do crédito pessoal, de compras pagas com o cheque especial ou no cartão de crédito, é possível chegar ao final do mês, mesmo sem ter uma renda suficiente, pois o empréstimo poderá satisfazer uma determinada necessidade, que naquele momento não seria possível somente com seu o rendimento.

Para COSTA (2002) boa parte dos clientes do crédito massificado, concedido pelos bancos através das linhas de crédito direto ao consumidor (CDC) e de empréstimo pessoal, é formada pela população de baixa renda.

Com o passar do tempo aumentaram-se as facilidades para que o crédito alcance os diversos níveis de renda, como prazos prolongados de pagamento, que por mais que aumente o valor final da dívida devido aos encargos financeiros, diminui o valor das parcelas, ficando acessível àquelas pessoas que possuem um rendimento menor.

Dessa forma, a renda é um dos fatores que pode influenciar no acesso ao crédito, como no caso de uma pessoa não possuir um rendimento suficiente para adquirir um determinado bem, ela irá procurar uma maneira de consegui-lo, que possivelmente será através das linhas de créditos existentes.

Quem não possui nenhuma fonte de renda não poderá obter empréstimos, pois não teria condições de efetuar o pagamento depois. Portanto, a renda é uma variável que influencia positivamente na demanda por crédito, pois se ela aumentar, aumentará a procura por empréstimos, podendo aumentar o volume que é concedido. Analisando o lado da oferta, se houver um aumento da renda para uma outra parcela das famílias que não necessitam gastar todo o seu rendimento, ou então que queiram prevenir incertezas econômicas quanto ao futuro, poderão aumentar a alocação de recursos em poupança, o que fará com que aumente a disponibilidade de crédito na economia, gerando igualmente efeitos positivos.

Renda, crescimento econômico e o volume de crédito que é concedido pelos bancos, tendem a seguir na mesma direção, pois um gera efeitos sobre o outro. Se ocorrer uma expansão do crédito, a economia poderá crescer, do mesmo jeito que se a renda aumentar, influenciará diretamente no crescimento econômico, assim como sobre o aumento dos empréstimos bancários. Entretanto, de acordo com PEREIRA (2006), o que se tem verificado é que a economia em geral apresenta um baixo crescimento e o volume de crédito concedido também é muito baixo, porém, para o período que compreende outubro de 2004 e outubro de 2005, o crédito pessoa física teve uma expansão de 39,8%, enquanto que a renda média cresceu apenas 1,8%.

3.2 INADIMPLÊNCIA

Como se pode observar nesta seção, a inadimplência é um risco que os bancos estão sujeitos a vir a ter em sua carteira, pois inúmeras são as causas que podem levar uma pessoa a ficar inadimplente, e que por meio da análise do cadastro e no momento da concessão do crédito, não foi possível perceber este risco.

É devido à probabilidade de que um indivíduo venha a ficar inadimplente que levam as instituições financeiras a aumentar a taxa de juros, a fazer maiores exigências, como por exemplo, de um avalista, entre uma série de outras garantias exigidas, com o objetivo de diminuir parte desse risco, ou seja, reduzir o número de devedores que não venham a pagar sua dívida na data estabelecida.

Segundo BONATTO (2002a), a inadimplência pode ser dividida de duas formas: i) voluntária, que ocorre quando o devedor realiza o empréstimo já com a intenção de não quitar a dívida; ii) e a involuntária, que ocorre quando o devedor faz o empréstimo com a intenção de efetuar o pagamento, porém, devido à circunstâncias negativas que surgem sem ser de sua vontade própria, como por exemplo, uma inesperada doença ou o desemprego, a pessoa acaba por não pagar corretamente o saldo devedor.

Até 1999, o crédito era separado como normal, em atraso e em liquidação, conforme o prazo de inadimplência e as garantias. A partir de 01/03/2000, a instituição financeira, deveria considerar também, além do prazo de inadimplência e das garantias, a análise do risco potencial do tomador, acompanhando os procedimentos adotados internacionalmente. Essas mudanças foram realizadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em 21/12/1999, por meio da resolução número 2.682 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1999, p. 64).

A partir dessas modificações, ficaram estabelecidos os níveis de risco de crédito, que de acordo com o BC são os seguintes: risco normal (AA a C); risco 1 (D a G); e risco 2 (nível H). A classificação por número de dias fica da seguinte forma:

- a) entre 15 e 30 dias, nível de risco B
- b) entre 31 e 60 dias, nível de risco C
- c) entre 61 e 90 dias, nível de risco D

- d) entre 91 e 120 dias, nível de risco E
- e) entre 121 e 150 dias, nível de risco F
- f) entre 151 e 180 dias, nível de risco G
- g) acima de 180 dias, nível de risco H

Existe ainda a classificação para os pagamentos antecipados caracterizados pelo nível AA, e os pagamentos que são efetuados em dia, classificados como A.

Porém, os dados disponíveis no site do BC, que serão trabalhados nesta seção, referem-se aos atrasos entre 15 e 90 dias, e atrasos acima de 90 dias.

De acordo com o BC, pode-se verificar como estava o índice de inadimplência entre os anos de 2000 e 2001 das pessoas físicas, observando-se os dados como segue: “As carteiras de operações sem atraso de pessoa física caiu de 91% em dezembro de 2000 para 89,9% em junho e 88,4% em outubro de 2001, com destaque para o aumento da inadimplência no cheque especial e no crédito pessoal. A proporção de operações com mais de 90 dias de atraso também aumentou, de 3,7% em dezembro para 5,1% em outubro de 2001” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001a).

Ainda em 2001, nas operações de crédito com recursos livres, ocorreu um aumento da inadimplência no percentual de atrasos acima de 15 dias, onde para o segmento pessoa física passou de 9,5% para 13,8%, e no nível H, houve um aumento de R\$ 3 bilhões para R\$ 4,6 bilhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001b, p. 74).

Segundo relatório do BC, citado por LIMA (2005), a inadimplência total ocorrida nas operações de crédito no Brasil em dezembro de 2004 ficou em 11,7%, atingindo o menor nível em todo o ano de 2004, tendo uma redução de 1,2 pontos percentuais (p.p.) frente a novembro do mesmo ano, quando estava em 12,9%. Comparando este índice com dezembro de 2003, houve uma redução de 2,1 p.p., já que naquele mês a taxa se encontrava em 13,8%. Acompanhando a queda da inadimplência, o relatório do BC revela ainda que do total dos créditos em atraso em dezembro de 2004, 5,5% das operações estavam com atraso entre 15 e 90 dias, denotando queda de 1,0 p.p. na comparação com dezembro de 2003, quando a taxa estava em 6,5%. As operações pendentes há mais de 90 dias estavam em um patamar de 6,2% dos atrasos, representando um recuo de 1,1 p.p. frente ao percentual verificado em dezembro de

2003 (7,3%). Dentre as várias modalidades de empréstimos aos consumidores, a maior taxa de inadimplência pode ser verificada nas operações de aquisição de bens que excluem as compras de automóveis. Nessas operações a inadimplência de dezembro de 2004 foi de 15,5%, o que representa uma queda de 0,6 p.p. sobre setembro e de 1,2 p.p. em relação a dezembro de 2003 (16,7%). A inadimplência nas operações de aquisição de bens, que basicamente incluem os CDCs, verificada em dezembro de 2004, analisando o comportamento em um ano, foi influenciada, em grande parte, pelo recuo dos atrasos acima de 90 dias, que passaram de 9,9% em dezembro de 2003 para 8,6% em dezembro de 2004 (-1,3 p.p.). Os créditos realizados com atraso entre 15 e 90 dias registraram um rápido aumento na inadimplência em relação a 2003, com a taxa subindo 0,1 p.p. no período. Na concessão de empréstimo pessoal, a taxa de inadimplência recuou 2,0 p.p. sobre dezembro de 2003, passando para 10,7%. A queda foi influenciada principalmente pela redução nos atrasos de mais de 90 dias que passaram de 7,1% para 5,8% entre os meses de dezembro de 2003 e 2004.

A tabela 5 apresenta a inadimplência de 15 a 90 dias para as operações de crédito com recursos livres, no período de 2000 a 2005. Através desta tabela e do gráfico 2, verifica-se que os atrasos no segmento pessoa física estão acima do total geral, durante todo o período analisado. Dentre as modalidades de crédito pessoa física, a maior inadimplência é observada no cartão de crédito e outras operações, em seguida está a aquisição de outros bens, aquisição de veículos, crédito pessoal e por último encontra-se o cheque especial.

Em junho de 2000, a aquisição de outros bens é a modalidade que apresentou a maior percentagem de inadimplência, com 14,78%, e em dezembro de 2005, o maior índice é verificado no cartão de crédito, com 14,31%.

Os valores apresentados na tabela 5 representam o percentual de inadimplência entre 15 e 90 dias com relação ao total da modalidade, por exemplo, em dezembro de 2005, o crédito pessoal possuía uma inadimplência de 4,59% do total concedido para esta modalidade, ou seja, naquele mês, a carteira de crédito pessoal tinha 4,59% de empréstimos atrasados entre 15 e 90 dias. Observa-se que no mesmo período o total de empréstimos pessoa física possuía 6,19% de créditos atrasados

entre 15 e 90 dias. Esta análise pode ser feita para todos os demais valores que constam na tabela.

TABELA 5 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES⁽¹⁾ - INADIMPLÊNCIA DE 15 A 90 DIAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA MODALIDADE: 2000-2005

Mês/Ano	Total geral	Total pessoa física	Cheque especial	Crédito pessoal	Aquisição de bens veículos	Aquisição de outros bens	Cartão de crédito	Outras operações
	%	%	%	%	%	%	%	%
Jun/00	4,48	5,96	2,60	4,95	4,87	14,78	4,92	10,24
Dez/00	3,63	6,05	2,78	5,41	5,73	11,88	4,28	9,50
Jun/01	3,55	6,50	2,76	5,96	6,93	9,44	7,20	9,84
Dez/01	4,01	7,28	3,32	6,18	7,88	9,25	9,83	11,65
Jun/02	3,86	7,25	2,65	6,44	7,91	9,05	10,48	11,55
Dez/02	3,67	6,84	2,35	5,62	7,60	7,72	10,34	11,89
Jun/03	4,26	7,65	2,55	6,62	8,68	9,52	10,55	12,34
Dez/03	3,68	6,54	2,44	5,63	7,36	6,85	8,82	11,11
Jun/04	3,42	6,49	1,71	5,62	6,88	8,51	10,92	11,15
Dez/04	3,33	5,76	2,37	5,01	5,46	6,84	11,35	10,09
Jun/05	3,84	6,47	2,53	4,94	6,37	9,00	12,77	13,69
Dez/05	3,73	6,19	2,87	4,59	6,45	7,17	14,31	9,56

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS: Tabela extraída e adaptada de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006.

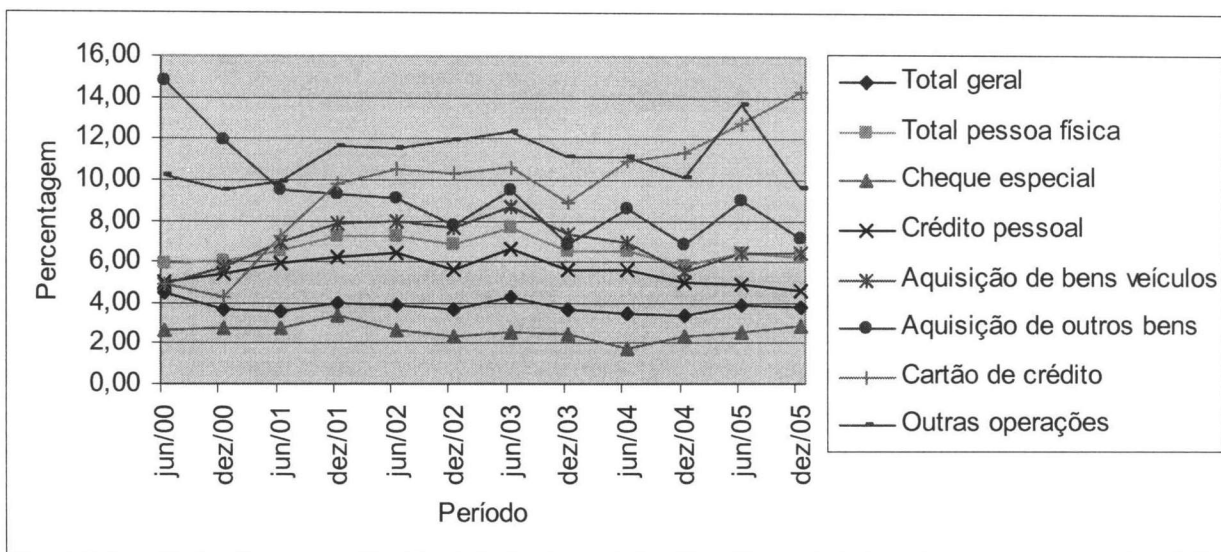
Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

⁽¹⁾ Referenciais para taxa de juros

O gráfico a seguir, permite analisar a variação de cada uma das operações, verificando-se que a taxa de inadimplência no cartão de crédito, foi a que apresentou maior elevação no período, passando de 4,92% em junho de 2000, para 14,31% em dezembro de 2005. Na aquisição de outros bens, também se pode observar que teve variações maiores que os demais. Verifica-se ainda, que as modalidades de crédito pessoal e cheque especial, permaneceram abaixo das taxas do total pessoa física, enquanto que as outras modalidades estiveram todas acima.

GRÁFICO 2 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES NO BRASIL - INADIMPLÊNCIA DE 15 A 90 DIAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA MODALIDADE: 2000-2005



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS: Elaboração própria

Dados extraídos de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

Na tabela 6, analisa-se a inadimplência acima de 90 dias, que comparada à tabela 5, observa-se que a maior diferença está na aquisição de bens veículos, a qual apresenta uma grande redução dos níveis de inadimplência, ao contrário do cheque especial que apresentou maiores taxas, pois variava em torno de 3% nos atrasos entre 15 e 90 dias, e nos atrasos acima de 90 dias, passou a variar mais, chegando a 9,39% em junho de 2002, e em dezembro de 2005, estava em 7,60%. Este percentual significa que 7,60% dos empréstimos concedidos através do cheque especial estavam com atraso a mais de 90 dias.

Neste nível de atraso, as operações de crédito que apresentam maior percentagem de inadimplência são o cartão de crédito, outras operações e aquisição de outros bens.

Estas variações são possíveis observar também no gráfico 3, o qual apresenta os mesmos valores da tabela 6.

TABELA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES⁽¹⁾ - INADIMPLÊNCIA ACIMA DE 90 DIAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA MODALIDADE: 2000-2005

Mês/Ano	Total geral	Total pessoa física	Cheque especial	Crédito pessoal	Aquisição de bens - veículos	Aquisição de outros bens	Cartão de crédito	Outras operações
	%	%	%	%	%	%	%	%
Jun/00	5,65	5,44	2,74	4,25	2,55	15,32	1,92	9,71
Dez/00	5,13	5,49	4,26	5,35	1,85	12,25	3,35	12,32
Jun/01	3,90	5,89	6,19	5,95	2,36	10,16	7,60	15,80
Dez/01	4,36	7,67	8,27	8,20	3,07	11,97	13,42	19,89
Jun/02	4,89	8,34	9,39	9,27	3,09	13,79	16,26	20,30
Dez/02	4,04	7,78	8,38	8,40	2,90	11,40	16,42	18,89
Jun/03	4,51	7,78	7,62	8,13	3,55	13,06	13,35	16,70
Dez/03	4,20	7,26	7,97	7,09	3,20	9,94	15,31	17,50
Jun/04	3,83	6,54	6,14	6,28	2,81	9,88	16,01	16,21
Dez/04	3,64	6,20	6,05	5,81	2,11	8,54	20,77	13,15
Jun/05	3,54	5,87	5,26	5,36	1,69	9,03	18,98	13,33
Dez/05	4,20	6,74	7,60	6,02	2,20	9,83	22,95	13,73

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

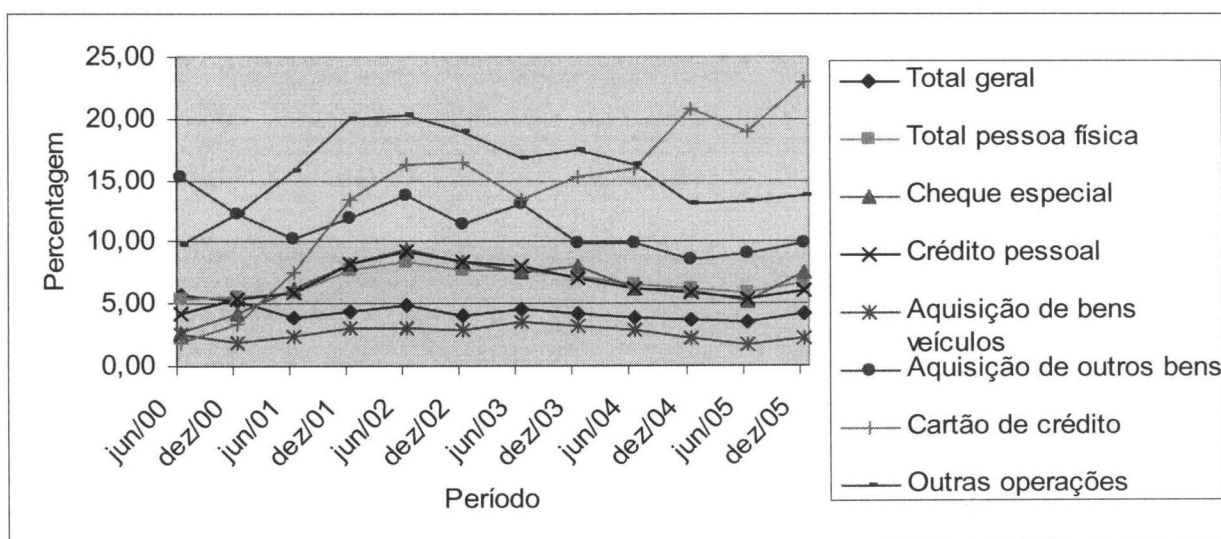
NOTAS: Tabela extraída e adaptada de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006.

Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

⁽¹⁾ Referenciais para taxa de juros

GRÁFICO 3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES NO BRASIL - INADIMPLÊNCIA ACIMA DE 90 DIAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA MODALIDADE: 2000-2005



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS: Elaboração própria

Dados extraídos de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

Estas taxas de inadimplência podem influenciar no acesso ao crédito, na medida em que, se ela aumentar, as instituições financeiras vão reduzir a oferta de empréstimo, ou aumentar as exigências e a base de informações, afetando na sua concessão, pois os bancos serão mais cautelosos na hora de emprestar seus recursos. As restrições impostas pelas instituições para que haja uma redução dos níveis de inadimplência, poderão dificultar o acesso das pessoas na obtenção do crédito, pois elas terão que apresentar um número maior de garantias, e, além disso, terão custos mais elevados.

3.3 TAXA DE JUROS

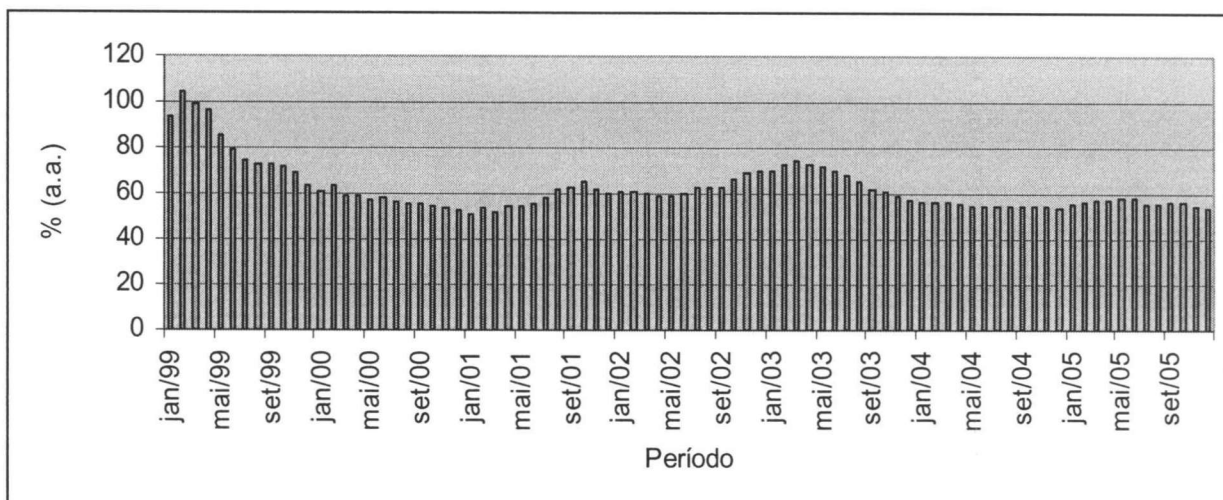
A taxa de juros faz parte das operações de crédito, normalmente sendo cobrada em todos os tipos de empréstimos.

Diante disso, esta seção apresentará como se comportou a taxa de juros no período de 1999 a 2005, para pessoa física no segmento livre, tentando mostrar as influências que ela exerce sobre o crédito, conforme se pode analisar a partir do parágrafo seguinte.

Ao contrário da redução ocorrida desde março de 1999, as taxas de juros das operações de crédito com recursos livres aumentaram a partir de 2001, atingindo em dezembro desse ano, 60,2% ao ano (a.a.), enquanto que para pessoa física, chegou a 71,8% a.a. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001b, p. 71).

No gráfico a seguir, é possível verificar a variação da taxa de juros, no período de 1999 a 2005. Nota-se as maiores taxas em fevereiro de 1999, com 104,88% a.a., e depois em março de 2003 com 74,22% a.a..

GRÁFICO 4 - TAXA MÉDIA MENSAL DA TAXA DE JUROS (PRÉ-FIXADA) DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES – TOTAL GERAL: 1999-2005



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS: Elaboração própria

Dados extraídos de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

Observa-se no gráfico 4, acompanhando os dados do BC, que a taxa média começou a cair em março de 1999, com 99,35% a.a., seguindo a redução até janeiro de 2001, aonde chegou a 50,61% a.a.. A partir do mês de fevereiro, ela começou a aumentar, alcançando 65,79% a.a. em outubro de 2001. De janeiro a dezembro de 2002, a mesma teve um aumento de 8,89 p.p.. Já no ano seguinte obteve queda de 13 p.p.. A partir de 2004, as variações foram menos acentuadas, reduzindo 2,9 p.p. nesse ano, e em 2005 caiu 2,42 p.p..

Segundo o BC, a taxa de juros utilizada para operações de crédito pessoa física, é a pré-fixada.

Como segue nos dados da tabela 7, dentre as modalidades do crédito pessoa física, a taxa mais alta é observada no cheque especial, que em dezembro de 2000 era de 152,71% a.a., e a mais baixa se observa na aquisição de veículos, que no mesmo período chegou a 35,05% a.a.. O crédito pessoal e a aquisição de outros bens apresentaram taxas de 67,72% e 66,54% a.a., respectivamente. Entre os meses de dezembro de 2000 e 2001, houve aumento em todas as modalidades, com elevação

mais acentuada no crédito pessoal, o qual teve um aumento de 16,53 p.p., atingindo 84,25% a.a.. No ano de 2002, novamente aumentaram todas as taxas, com maior elevação na aquisição de veículos, que apresentou um aumento de 17,29 p.p., chegando em dezembro a 55,53% a.a.. Em 2003, as taxas de juros obtiveram queda. A taxa média do total de crédito concedido com recursos livres atingiu 57,34% a.a., o cheque especial 144,63% a.a., o qual apresentou a queda mais expressiva de 19,3 p.p., o crédito pessoal chegou a 80,32% a.a., aquisição de veículos 36,85% a.a., e aquisição de outros bens 71,54% a.a.. No ano de 2004, a redução continuou, mas de forma mais lenta, com exceção do crédito pessoal que teve uma redução de 11,95 p.p.. Em dezembro de 2005, enquanto que todas as outras operações diminuíram, o cheque especial apresentou elevação da taxa média de juros, com um aumento de 3,48 p.p. na variação de 12 meses.

TABELA 7 - TAXA MÉDIA MENSAL DA TAXA DE JUROS (PRÉ-FIXADA) DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES ⁽¹⁾: 2000-2005

Mês/Ano	Total geral	Cheque especial - pessoa física	Crédito pessoal - pessoa física	Aquisição de bens veículos - Pessoa física	Aquisição de outros bens - Pessoa física
	% a.a.	% a.a.	% a.a.	% a.a.	% a.a.
Jun/00	58,01	163,28	70,05	35,54	84,30
Dez/00	52,56	152,71	67,72	35,05	66,54
Jun/01	55,58	147,07	74,40	38,61	64,54
Dez/01	60,21	160,18	84,25	38,24	69,59
Jun/02	59,60	158,77	80,77	42,71	63,16
Dez/02	70,13	163,93	91,84	55,53	80,71
Jun/03	70,35	176,98	96,56	45,09	75,67
Dez/03	57,34	144,63	80,32	36,85	71,54
Jun/04	54,54	140,30	71,89	36,32	59,43
Dez/04	53,72	143,97	68,37	35,63	66,92
Jun/05	57,87	148,02	68,56	36,91	54,11
Dez/05	53,33	147,45	67,28	34,80	65,20

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS: Tabela extraída e adaptada de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006.

Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

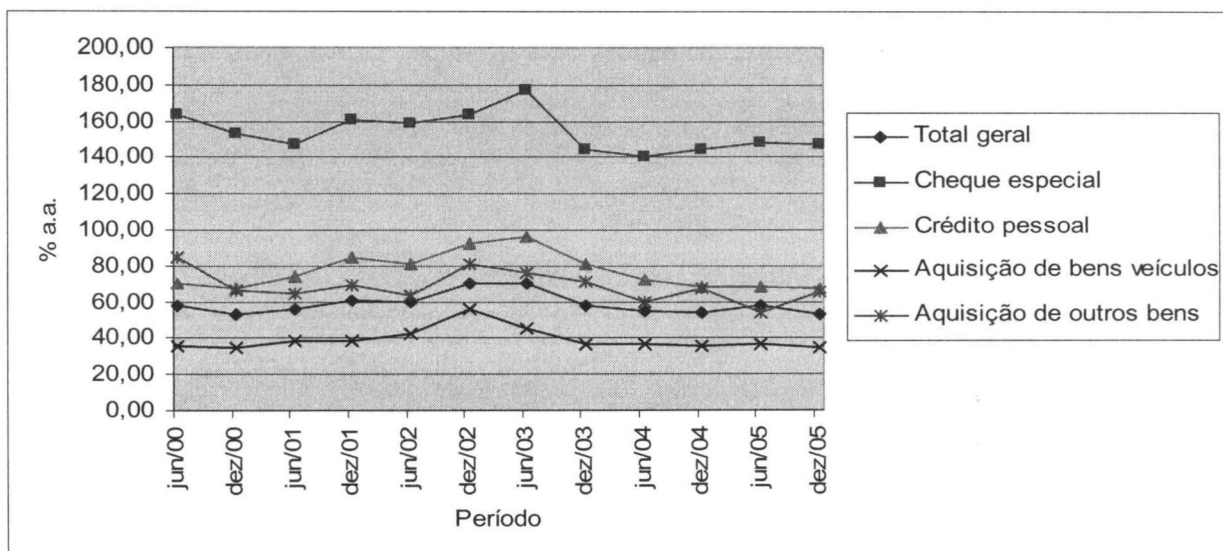
⁽¹⁾ Referenciais para taxa de juros

As taxas apresentadas na tabela 7 significam o total de juros que são pagos sobre o empréstimo realizado. No caso do crédito pessoal, a pessoa que efetuasse

esse empréstimo em junho de 2000, estaria pagando sobre o valor emprestado 70,05% de juros ao ano. Como a taxa é pré-fixada, quando a pessoa faz o empréstimo ela já sabe o quanto de juros vai pagar.

No gráfico 5, pode-se observar a distância que a taxa média do cheque especial mantém de todas as outras modalidades, com uma elevação mais acentuada em 2003, que em abril apresentou 178,46% a.a., em seguida, aparece o crédito pessoal, depois vem a aquisição de outros bens e por último a aquisição de veículos, que apresenta as menores taxas, com uma média no período de 39,83% a.a.. A taxa de juros do valor total se situa entre as taxas da aquisição de veículos e a aquisição de outros bens, com uma média de 59,28% a.a., entre junho de 2000 e dezembro de 2005.

GRÁFICO 5 - TAXA MÉDIA MENSAL DA TAXA DE JUROS (PRÉ-FIXADA) DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES: 2000-2005



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS: Elaboração própria

Dados extraídos de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

A taxa de juros, quando comparada com o total de crédito concedido (analisar os gráficos 1 e 4), pode-se verificar que na medida em que ela diminui, o volume de

crédito aumenta, e vice-versa. Nos anos de 2004 e 2005, é mais fácil de observar quando isso acontece, tendo em vista que a tendência da taxa de juros foi de queda, refletindo em um aumento das operações de crédito, pois se esta diminui, a procura por crédito tende a aumentar, logo, variações na taxa de juros influenciam sobre a demanda. Sendo assim, sua redução foi um dos fatores que contribuiu para haver uma expansão dos empréstimos concedidos nesse período.

3.4 SPREAD BANCÁRIO

Segundo o BC, o spread bancário é a diferença entre a taxa de aplicação ao tomador final e a taxa de captação do mercado. Ele é composto pela margem líquida do banco, impostos diretos, impostos indiretos mais o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), despesa administrativa e despesa de inadimplência com empréstimos.

Nesta seção, serão analisadas quais as influências que o spread bancário tem para com o crédito pessoa física, buscando-se explicar as dificuldades que ele acaba por impor nas operações.

Entre abril de 1999 e agosto de 2000, o spread teve uma redução de 1,32 p.p. na sua taxa mensal, e os seus componentes tiveram as seguintes participações no período citado: as despesas de inadimplência caíram de 22,1% para 14,2%; os impostos indiretos mais o FGC reduziram de 14,8% para 8,8%; enquanto que os demais componentes aumentaram, onde as despesas administrativas passaram de 12,7% para 19,3%; os impostos diretos aumentaram de 16,7% para 21,3%; e a margem líquida subiu de 33,7% para 36,4% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2000b).

Já em agosto de 2001, o spread estava em 2,65% ao mês (a.m.), sua composição era representada da seguinte forma: despesas de inadimplência correspondiam a 15,8% do total; despesas administrativas por 19,2%; impostos indiretos 8,2%; impostos diretos 21%; e a margem líquida por 35,7%. Comparando os componentes do spread entre agosto de 2000 e agosto de 2001, pode-se verificar que praticamente não houve alterações, podendo-se dizer que a participação dos fatores continuou na mesma proporção (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001a).

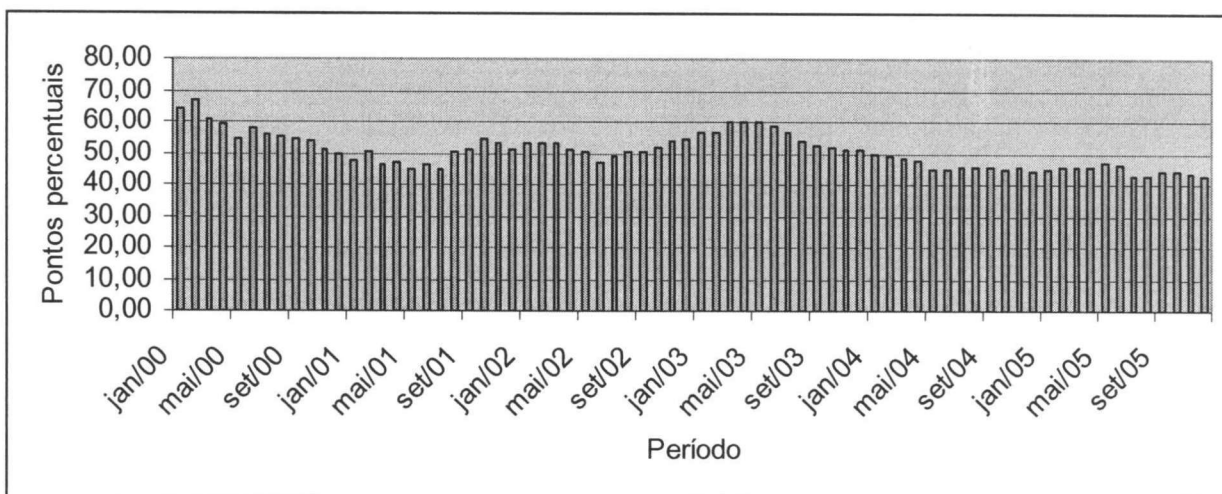
Analisando-se os dados do BC (2002a), pode-se verificar que a taxa média de aplicação (% a.a.) para pessoa física, passou de 78,6% em outubro de 2001 para 79,3% em outubro de 2002, enquanto que em pessoas jurídicas, houve uma redução de 47,3% para 44,9%. A diferença que é cobrada a mais da pessoa física é devida, entre outros motivos, à maior taxa de inadimplência que o segmento possui em suas operações.

Em agosto de 2002 o spread era de 2,77%, fazendo sua decomposição, consta 1,11% para a margem líquida do banco; 0,57% para os impostos diretos; 0,22% para os impostos indiretos mais o FGC; 0,39% para as despesas administrativas; e 0,47% para as despesas com inadimplência (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002a).

Na composição do spread comparando agosto de 2002 e agosto de 2003, verifica-se que houve uma pequena redução na participação da margem líquida dos bancos, passando de 1,11% para 1%; os impostos diretos passaram de 0,57% para 0,51%; os impostos indiretos mais o FGC permaneceram estáveis em 0,22%. No que consta referente às despesas administrativas, estas aumentaram de 0,39% para 0,47% e as despesas com inadimplência se elevaram de 0,43% para 0,51%. No entanto, a elevação dos dois últimos fatores não impediu a redução do spread no período de 2,77% para 2,67% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003a).

Através do gráfico 6, observando os dados do BC, verifica-se que em dezembro de 2000, a taxa média em pontos percentuais do spread era de 49,68 para pessoa física, apresentando uma pequena elevação em dezembro de 2001, o qual chegou a 50,99 p.p.. Em dezembro de 2002 estava com 54,51 p.p.. A partir de maio de 2003, com 59,98 p.p., o spread começou a cair, e em dezembro alcançou 50,85 p.p.. Em 2004 continuou sua trajetória de queda, passando para 43,93 p.p. em dezembro, e doze meses depois, chegou a um valor de 42,74 p.p..

GRÁFICO 6 - SPREAD MÉDIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES REFERENCIAIS PARA TAXA DE JUROS (PRÉ-FIXADO) - TOTAL PESSOA FÍSICA: 2000-2005



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS: Elaboração própria

Dados extraídos de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

A partir de 2004, a decomposição do spread para as operações de crédito livre com taxas de juros pré-fixadas foi modificada pelo BC, a fim de melhorar as suas análises, procurando-se corrigir o viés de seleção (que se dá devido às análises serem feitas com amostras de um pequeno número de bancos), e também no que se refere às despesas administrativas. Além de procurar corrigir estes dois problemas, acrescentou-se também à composição do spread, o cálculo do custo do recolhimento compulsório. No início de 1999, o BC procurou encontrar os fatores que compunham o spread, mas sua atenção principal era encontrar mecanismos para reduzir os custos do crédito bancário no Brasil, assim como melhorar as concessões de empréstimos privados (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004a).

Na tabela seguinte, apresentam-se os dados para junho e dezembro, entre os anos de 2000 e 2005, sendo possível analisar o comportamento do spread médio para o segmento pessoa física, e como ele tem variado em cada uma de suas modalidades.

TABELA 8 - SPREAD MÉDIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES REFERENCIAIS PARA TAXA DE JUROS (PRÉ-FIXADO): 2000-2005

Mês/Ano	Total pessoa física	Cheque especial	Crédito pessoal	Aquisição de veículos	Aquisição de outros bens
	p.p.	p.p.	p.p.	p.p.	p.p.
Jun/00	57,88	145,75	51,35	15,60	65,60
Dez/00	49,68	137,48	50,94	17,51	49,76
Jun/01	45,92	129,89	53,54	15,31	43,68
Dez/01	50,99	141,62	64,06	15,96	49,40
Jun/02	46,61	140,39	58,75	15,13	41,14
Dez/02	54,51	142,27	63,45	23,46	52,97
Jun/03	58,54	152,98	73,22	23,27	51,90
Dez/03	50,85	128,94	64,63	20,92	55,81
Jun/04	45,01	125,14	54,55	18,21	42,66
Dez/04	43,93	127,76	52,81	18,15	48,89
Jun/05	46,29	130,21	57,48	18,88	34,67
Dez/05	42,74	130,89	50,70	18,46	48,15

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS: Tabela extraída e adaptada de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006.

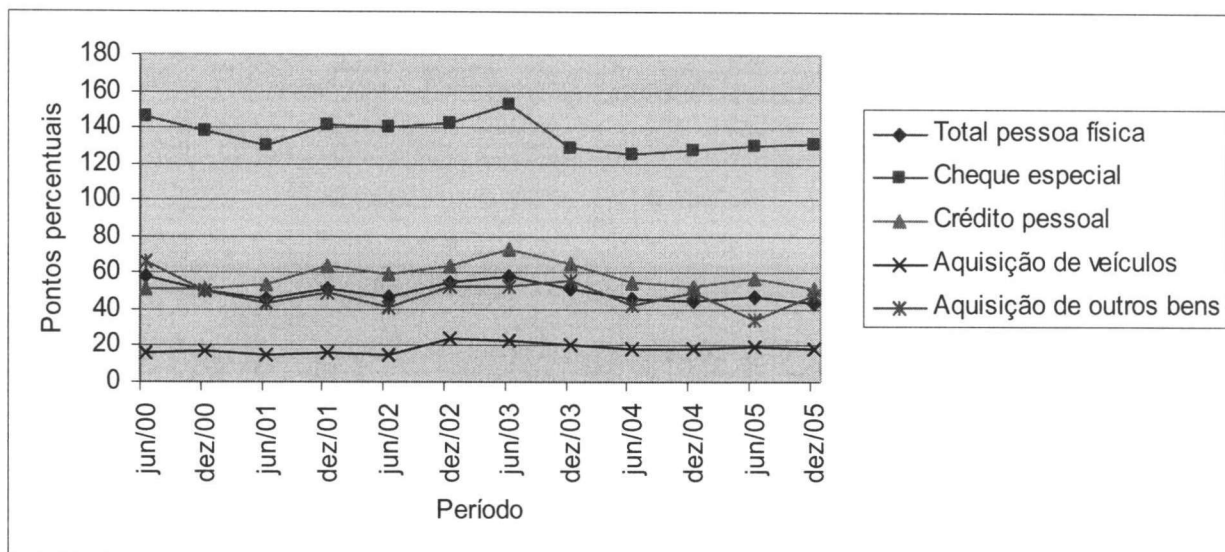
Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

Os valores apresentados na tabela acima significam o valor em percentual do spread em cada uma das modalidades. O cheque especial, por exemplo, possuía um spread médio em junho de 2000 de 145,75 p.p. (esta é a diferença cobrada entre a taxa que foi captada no mercado e a taxa que está sendo cobrada do cliente que utiliza o cheque especial). Já na aquisição de veículos esta diferença é muito menor, que no mesmo período estava em 15,60 p.p..

O spread mantém uma trajetória parecida com a taxa de juros, verificando-se igualmente, que as taxas do spread para o cheque especial são as mais elevadas, as quais apresentaram entre junho de 2000 e dezembro de 2005, um spread médio de 135,62 p.p., seguidas pelo crédito pessoal, com uma média no período de 59,40 p.p., na sequência vem a aquisição de outros bens, com 47,05 p.p., apresentando um spread próximo ao total pessoa física, que obteve uma média de 49,83 p.p., e por último encontra-se a aquisição de bens veículos, com 18,96 p.p.. Estes dados e suas respectivas variações podem ser analisados na tabela 8, assim como, no gráfico 7.

GRÁFICO 7 - SPREAD MÉDIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES REFERENCIAIS PARA TAXA DE JUROS (PRÉ-FIXADO): 2000-2005



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS: Elaboração própria

Dados extraídos de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

Na aquisição de veículos, o spread apresenta as menores taxas. Quando esta modalidade é comparada com as demais, observa-se que elas possuem riscos de crédito semelhantes, pois os tomadores são os mesmos. A diferença fundamental na formação dos spreads praticados pelos bancos, é que o veículo financiado normalmente é a própria garantia da operação, enquanto que as outras modalidades dificilmente oferecem alguma garantia (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003b).

Quando o spread é muito elevado, restringe a expansão e o desenvolvimento da intermediação financeira, pois desestimula os poupadores a depositar seus recursos devido aos baixos rendimentos, e acaba por limitar os possíveis tomadores de empréstimos, diminuindo projetos de investimento e, por consequência, afetando a economia (BADER e CHU, 2002).

De acordo com o BC (2003b), um dos motivos, entre outros existentes, pelo qual o spread pessoa física é muito elevado, é devido à alta inadimplência que o segmento possui. O spread implica no custo final de uma operação de crédito, pois,

dado que um de seus componentes é a despesa com a inadimplência, se esta aumenta, o custo de uma pessoa obter o empréstimo também aumentará.

Segundo um estudo realizado para o BC, a inadimplência responde por 17% do spread (no total de crédito concedido). Dessa forma, se mantido tudo mais constante, esta taxa chegasse a zero, ou se fosse possível receber ou negociar todos os contratos em atraso, o spread obteria uma queda de 7 p.p. (FACHADA, FIGUEIREDO e LUNDBERG, 2003).

As garantias também explicam grande parte da diferença entre os spreads. O cheque especial e o cartão de crédito não possuem nenhuma garantia, consequentemente apresentam as maiores taxas, ao contrário da aquisição de veículos, que tem 100% de cobertura por garantia fiduciária, que no caso do devedor não efetuar o pagamento, a propriedade do bem financiado é transferido para o credor (FACHADA, FIGUEIREDO e LUNDBERG, 2003).

Portanto, conclui-se que o spread tem influências sobre as operações de crédito, pois de acordo com sua composição, se houver um aumento na taxa de qualquer um de seus componentes, o spread poderá aumentar. Sua elevação fará com que aumente o custo final para uma pessoa obter o crédito, e consequentemente, com o aumento desse custo, poderá ocorrer uma redução da demanda por empréstimos.

3.5 ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO

Seja para qualquer coisa que se pretenda fazer, a informação é muito importante. O conhecimento adequado para tudo o que se faz é de suma importância para o que se deseja realizar.

Um dos grandes problemas que se verifica nas operações de crédito é a assimetria de informação, ou seja, não existe informação completa entre ambas as partes (credor e tomador).

As informações assimétricas podem ser verificadas em vários locais e em diferentes mercados. Um determinado produto, que possui qualidade duvidosa, como por exemplo, um veículo usado, verifica-se que normalmente os vendedores têm mais

informações a respeito de sua qualidade do que o comprador. Há os mercados de seguros, em que a pessoa que o adquire já sabe os riscos que podem estar envolvidos, enquanto que a seguradora tem menos informações a esse respeito. No que se refere ao mercado de crédito, dentre as demais operações existentes, verifica-se informação incompleta na utilização do cartão de crédito, onde a administradora e o banco, não sabem ao certo quem realmente pagará e quem não pagará o saldo devedor. No caso de empresas integradas, o administrador de uma determinada fábrica, tem melhores informações sobre custos e o potencial de produção, do que a administração central (PINDYCK e RUBINFELD, 2002).

A partir do momento que existe assimetria de informação, podem surgir dois diferentes problemas: i) Seleção Adversa – problema que resulta de informações assimétricas antes da realização do empréstimo. Como por exemplo, se um banco decide emprestar somente a taxas muito altas, porque não possui as informações necessárias sobre os riscos que podem ter os projetos dos seus clientes. O problema de seleção adversa aconteceria, porque apenas tomadores de empréstimos que possuíssem altos riscos (e com altos retornos esperados), buscariam o crédito; ii) Risco Moral – problema que surge depois que o crédito é concedido. Este risco acontece quando o tomador utiliza os recursos para outro fim, diferente daquele apresentado quando solicitou o empréstimo (CARVALHO, 2001, p. 391).

A seleção adversa pode ser observada no caso do cartão de crédito, onde a administradora cobra juros sobre o total da dívida, através do qual obtêm os seus lucros. Como ela não sabe qual o devedor efetuará o pagamento, e o qual não pagará, pois somente quem realiza o empréstimo sabe realmente qual é a sua condição de pagar ou não, por conseguinte, a administradora e os bancos, devem cobrar a mesma taxa de juros de todos os devedores, dado que desconhecem a índole de seus clientes. O resultado é a entrada de mais devedores com baixa qualidade, o que leva a um aumento da taxa de juros, entrando mais devedores duvidosos, o que aumenta novamente os juros, e assim sucessivamente (PINDYCK e RUBINFELD, 2002, p. 605).

Referente ao risco moral, um exemplo que pode ser colocado, foi a crise no setor de poupança e empréstimo ocorrida nos Estados Unidos durante a grande

depressão. Nessa época, o governo do país criou os seguros para depósitos, em que companhias seguradoras passaram a oferecer seguros para os depositantes. A implantação desse programa passou a ter a possibilidade de risco moral, pois as pessoas podiam efetuar seus depósitos sem nenhum risco, mesmo as instituições ofertando empréstimos a terceiros com a probabilidade de não honrar com a dívida. Mais tarde, houve risco moral também por parte das instituições, pois algumas delas sabiam que poderiam tirar vantagens dos depósitos realizados e que estavam protegidos pelo seguro, aproveitando a vantagem de elevar seus lucros, investindo de forma especulativa, logo, pelo fato do governo assegurar os depósitos, elas não tinham muita preocupação em avaliar os riscos presentes nas operações. Tal seguro facilitou as instituições a emprestar mesmo com risco de calote por parte do tomador, elevando a quantidade de empréstimos concedidos, de maneira que não fariam dessa forma, caso não houvesse o seguro (PINDYCK e RUBINFELD, 2002, p. 615-616).

Diante deste contexto, o que se pode observar, é que a assimetria de informação afeta a oferta de crédito, pois com os problemas de seleção adversa e risco moral, os bancos, para tentar solucionar estes problemas, podem trabalhar com taxas de juros inferiores a de equilíbrio no mercado de capital, como também racionar o crédito (CARVALHO, 2001, p. 392).

Por outro lado, verifica-se que pelo fato de haver uma sofisticação e modernização do setor financeiro, houve um aumento dos riscos que venham a prejudicar o cliente em uma operação por falta de informações, devido a isso, foram criadas normas regulatórias de proteção ao consumidor de serviços financeiros, onde podem exigir desde a transparência da informação, assim como limitar as formas de operação das instituições financeiras (CARVALHO 2001, p. 322).

Assim, com o objetivo de diminuir informações incompletas, em 1999, incentivou-se a transparência e a competição no mercado de crédito. Os bancos foram obrigados, a partir de então, a divulgar diariamente as taxas cobradas de alguns empréstimos, assim como a distinção, nos contratos de crédito, das taxas de juros e encargos bancários, para deixar claro ao público os vários componentes do custo da intermediação financeira (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1999, p. 58).

Ainda com o objetivo de aumentar e deixar aberto às informações, e logo cooperando para a redução de riscos, alterou-se de R\$ 50 mil para R\$ 20 mil o valor mínimo dos contratos em que as instituições financeiras devem informar ao Sistema Central de Risco, em que o BC monitora (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1999, p. 59).

Além das informações que o BC passou a disponibilizar na Internet, sobre as taxas de juros e os diferentes encargos cobrados pelas instituições financeiras em suas operações de crédito, foram também desenvolvidas diversas medidas, entre elas as seguintes: i) Os bancos são obrigados a informar ao cliente, caso ele solicite, informações individuais de movimentação financeira nos dois últimos anos; ii) Deixar claro e acessível quais as taxas de juros cobradas no cheque especial; iii) Máximo de transparência nos balanços contábeis dos bancos; iv) Melhoramentos das informações em que a Central de Risco de Crédito do BC recebe e distribui (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003b, p. 21-22)

De acordo com CARVALHO (2001, p. 322), tanto o credor quanto o tomador de empréstimo, podem ter informação privilegiada. O cliente de uma instituição financeira pode não revelar seus reais interesses quando obtém o crédito, ele pode, por exemplo, emprestar com a intenção de não pagar a sua dívida. No entanto, são as instituições financeiras que na maioria das vezes têm informações que não são acessíveis aos seus clientes, principalmente àqueles que tem uma renda baixa, um baixo nível de educação, etc.

Pode-se verificar que o banco quase sempre tem mais informações do que o cliente, referente a contratos, por exemplo, onde o devedor pode assinar sem ter o devido conhecimento de todas as cláusulas. Por sua vez, o cliente, poderá não deixar transparente o que na realidade pretende fazer com o empréstimo, ele poderá desviar os recursos obtidos para outros fins, que não aqueles acordados entre as partes, o que caracteriza em um risco moral. Assim, o devedor também pode ter informações pelas quais o credor tem difícil acesso, ou simplesmente não tem como saber. Logo, informações assimétricas podem ocorrer para os dois lados, dependendo de quem tem mais informações, poderá certamente prejudicar a parte menos informada.

BONATTO (2002b), chama a atenção para quando o devedor possui informação privilegiada, tentando fazer com que as instituições percebam a importância de todo o processo de avaliação de crédito para cada devedor individual, buscando minimizar o risco de inadimplência. Os bancos quando fazem os empréstimos, esperam sempre que os devedores estejam falando a verdade. Mas nem sempre isso ocorre. Caso o devedor tenha má intenção, ele pode falsificar seus dados, a fim de obter o empréstimo com maior facilidade, dificultando a análise do seu cadastro. A obrigação do analista é buscar a veracidade dessas informações, para só então conceder o crédito. É interessante para o tomador, falar sempre sobre sua situação econômica de forma positiva, pois dessa forma facilitaria o crédito para ele. Diante disso, cabe a instituição financeira buscar essas informações, verificando o lado econômico positivo e negativo do devedor.

De acordo com os estudos de GONZALEZ (2006), se há compartilhamento de informações, poderá aumentar os volumes de créditos concedidos e reduzir o risco de calote, tendo uma relação positiva entre informação e crédito.

Portanto, conclui-se que a informação deveria ser completa para os dois lados em uma operação de crédito, como isso não é sempre que ocorre, a responsabilidade de aumentar a transparência dessas informações cabe a instituição financeira, pois ela deve deixar claro e de fácil acesso ao público, as taxas que são cobradas, facilitando seu entendimento. Além disso, para reduzir a informação incompleta que o devedor venha a fornecer, o banco deve buscar através da análise do cadastro, o máximo de informações possíveis e necessárias, para que assim possa conceder o crédito com maior segurança.

Logo, a ampliação e a transparência das informações, poderiam aumentar a oferta de crédito e consequentemente melhorar sua qualidade. Entretanto, verificou-se que o problema da assimetria de informação existe, podendo trazer dificuldades ao mercado de crédito, onde os bancos podem racionar a sua oferta, ou seja, se não há informação completa, o volume de crédito poderá ser reduzido.

4 ANÁLISE DA DEMANDA DE CRÉDITO E SUAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS

Neste capítulo apresentam-se as relações da demanda de crédito com as variáveis taxa de juros, spread, inadimplência e renda. Dessa forma, primeiramente será apresentada a metodologia utilizada e na sequência os resultados obtidos através da regressão.

4.1 METODOLOGIA

Para analisar as relações entre a demanda por crédito e as suas variáveis explicativas, o presente capítulo utilizará o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), o qual é um dos mais conhecidos métodos de análise de regressão.

As regressões foram feitas com as variáveis transformadas em log, até se chegar a um resultado que se mostrou mais significativo quando comparado aos demais. Desta forma, além da variável dependente que representa a demanda por crédito, com dados obtidos do BC referente às operações de crédito das pessoas físicas com recursos livres no Brasil¹, foram utilizadas mais seis variáveis explicativas, sendo todas com dados do BC, exceto a renda. As taxas de juros do cheque especial e do crédito pessoal correspondem à taxa média mensal (pré-fixada) das operações de crédito com recursos livres, e sua unidade padrão é % a.a., o spread bancário se refere ao spread médio pessoa física das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros (pré-fixado), a inadimplência entre 15 e 90 dias e a acima de 90 dias também correspondem às operações de crédito pessoa física com recursos livres referenciais para taxa de juros e, por fim, a renda, para a qual foi utilizado uma *proxy*, com dados do IPEADATA referente à produção industrial de bens intermediários.

¹ Quanto a esta variável, existe um problema de identificação, ou seja, torna-se difícil saber se os dados se referem à oferta ou à demanda de crédito, porém, para efeitos de análise, os dados serão aqui tratados como demanda de crédito.

Foi utilizado o modelo log-linear, o qual mede a elasticidade, podendo, a equação, ser expressa da seguinte maneira:

$$\ln QD = \ln \beta_0 + \beta_1 \ln ie + \beta_2 \ln ip + \beta_3 \ln S + \beta_4 \ln IA + \beta_5 \ln IB + \beta_6 \ln Y + \varepsilon$$

Onde:

QD = Demanda por crédito;

ie = Taxa de juros do cheque especial;

ip = Taxa de juros do crédito pessoal;

S = Spread bancário;

IA = Inadimplência entre 15 e 90 dias;

IB = Inadimplência acima de 90 dias;

Y = Renda;

ε = Resíduo;

β = Coeficiente de elasticidade;

Ln = Log natural, ou seja, log à base e, em que $e = 2,718$

Com a metodologia definida, a próxima seção apresentará os resultados obtidos através da regressão.

4.2 RESULTADOS DA ANÁLISE DA REGRESSÃO

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos através da regressão, com o objetivo de demonstrar a relação inversa existente entre a demanda por crédito e as variáveis taxa de juros, spread e inadimplência, assim como, sua relação positiva com a renda.

Foi utilizada como variável dependente a demanda por crédito, e como variáveis explicativas a taxa de juros cheque especial, taxa de juros do crédito pessoal, o spread bancário, a inadimplência entre 15 e 90 dias, inadimplência acima de 90 dias e a renda, utilizando-se variáveis diferentes em cada regressão. A regressão apresentada na tabela 9 foi a qual apresentou o melhor resultado, com dados para todas as variáveis citadas.

TABELA 9 - REGRESSÃO 1 - DEMANDA POR CRÉDITO PESSOA FÍSICA NO BRASIL: 2001-2005

Variável dependente: Ln Quantidade demandada de crédito				
Variável	Coeficiente	Desvio padrão	t-estatístico	Probabilidade
C	5.395425	1.235108	4.368384	0.0001
Ln Taxa de Juros Cheque Especial	1.987761	0.323303	6.148298	0.0000
Ln Taxa de Juros Crédito Pessoal	-1.348365	0.336065	-4.012210	0.0002
Ln Spread Bancário	-0.985989	0.313232	-3.147794	0.0027
Ln Inadimplência entre 15 e 90 dias	0.678191	0.272983	2.484369	0.0162
Ln Inadimplência acima de 90 dias	0.043934	0.156438	0.280839	0.7799
Ln Renda	0.665959	0.240397	2.770243	0.0077
R quadrado	0.728969	Média da variável dependente		11.76268
R quadrado ajustado	0.698286	Desvio padrão da var. depend.		0.153400
Soma dos erros da regressão	0.084261	Critério de inform. de Akaike		-2.000525
Soma do quadrado do resíduo	0.376292	Critério de Schwarz		-1.756184
Logaritmo de verossimilhança	67.01574	F-estatístico		23.75823
Estatística d de Durbin-Watson	0.571189	Probabilidade (F-estatístico)		0.000000

NOTAS: Dados para realizar a regressão: BC e IPEADATA (em anexo)

Número de observações: 60

Através da tabela 9, verifica-se que a taxa de juros do cheque especial não apresentou o sinal esperado, que no caso deveria ser negativo, demonstrando que um aumento da taxa de juros leva a uma redução da demanda por crédito, mas ao contrário desta, a taxa de juros do crédito pessoal apresentou resultado significativo, e o sinal negativo demonstra que existe uma relação inversa entre a taxa de juros e a demanda por crédito. Com um coeficiente de elasticidade de -1,35, significa que se a taxa de juros diminuir em 1 p.p., a procura por crédito aumentará em 1,35 p.p. O spread também apresentou resultado significativo, e o sinal negativo mostra que, na medida em que o spread aumenta, a quantidade demandada de crédito diminui, ou seja, há uma relação inversa entre o spread e a demanda. Com um coeficiente de elasticidade de -0,98, significa que se o spread reduzir em 1 p.p., a demanda por crédito aumentará em 0,98 p.p. A inadimplência não apresentou sinal esperado para nenhuma das duas variáveis utilizadas, e além disso, a inadimplência acima de 90 dias apresentou um resultado que não é estatisticamente significativo, apenas os atrasos entre 15 e 90 dias apresentaram um resultado melhor. Diante disso, será analisado apenas o resultado que foi mais significativo, que é a inadimplência entre 15 e 90 dias. Assim, pode-se fazer a seguinte análise: se há um aumento da inadimplência, a oferta de crédito diminui, e por consequência a demanda será afetada, dado que um aumento da

inadimplência levará os bancos a serem mais cautelosos na hora de emprestar. Por último, a renda com um coeficiente de elasticidade de 0,66, demonstra que se há uma elevação desta variável em 1 p.p., a procura por empréstimos aumenta em 0,66 p.p., demonstrando com isso, existir uma relação positiva entre a renda e a demanda por crédito. O R quadrado apresentou um valor de 0,73, ou seja, 73% das variáveis apresentadas explicam a demanda por crédito, o que é um resultado significativo.

O sinal positivo apresentado pela inadimplência pode ser explicado através das equações simultâneas, conforme explicação a seguir.

Segundo GUJARATI (2000) no modelo de MQO é considerado uma equação única ou unidirecional, onde existe uma variável dependente que é expressa como função de uma ou mais variáveis explicativas, sendo as variáveis explicativas a causa e a variável dependente o efeito. Dessa forma, na equação que foi apresentada, procura-se verificar o que acontece com a demanda por crédito (QD) quando há alterações nas variáveis taxa de juros (i), spread (S), renda (Y) e inadimplência (I). Pelo fato da inadimplência ter apresentado sinal contrário, pode-se perguntar, o que acontece se a inadimplência depender da demanda por crédito? Neste caso, a análise de regressão pode não ser adequada, pois QD depende de I e I depende de QD.

Através destas observações, é possível verificar que a demanda por crédito pode ser afetada pela inadimplência indiretamente, pois primeiramente influencia na oferta, e por consequência altera a demanda, assim como, a inadimplência poderá depender da demanda por crédito, pois se aumenta a procura por empréstimos, poderá haver um número maior de pessoas inadimplentes. Assim, é necessário utilizar duas equações, uma para cada variável dependente, devendo ser considerado o modelo de equações simultâneas, o qual seria o mais adequado para este tipo de análise.

Na regressão realizada, é possível verificar problemas, como a autocorrelação e a multicolinearidade. No que se refere a autocorrelação do resíduo, verifica-se que a estatística d de Durbin Watson obteve o valor de 0,57. Dessa forma, como o valor está entre 0 e 2, existe algum grau de autocorrelação positiva. Quanto a multicolinearidade, verifica-se em GUJARATI (2000) que esta se refere a uma relação linear que pode ser aproximadamente exata ou mesmo exata entre as variáveis explicativas. Uma das

maneiras de detectá-la, seria através de um R^2 alto, e por outro lado, resultados pouco significativos para o teste t, ou mesmo alguns coeficientes com sinais contrários aos esperados.

Dessa forma, é possível verificar nos resultados apresentados, assim como, por meio das análises realizadas no decorrer desta monografia, que a multicolinearidade deriva da correlação que existe entre as variáveis: spread, taxa de juros e inadimplência. Existe correlação entre o spread e a inadimplência, pois um dos componentes do spread é a inadimplência, que por sinal é a maior responsável pelo elevado spread pessoa física. Da mesma forma, há correlação entre o spread e a taxa de juros, pois o spread é a diferença entre as taxas de juros que são captadas no mercado e as que são aplicadas ao tomador final. Há também correlação entre a inadimplência e a taxa de juros, pois um aumento da inadimplência levará os bancos a aumentarem as taxas de juros, de forma a compensar as perdas obtidas com os devedores inadimplentes. Diante disso, o problema da multicolinearidade pode ser verificado pelo seguinte: o R^2 apresentou um valor considerado alto, de 73%, porém, para a taxa de juros cheque especial e para a inadimplência entre 15 e 90 dias, e, a acima de 90 dias, esperava-se sinal negativo demonstrando uma relação inversa entre estas variáveis e a demanda por crédito, mas, o resultado mostrou sinal positivo, assim como, o teste t da inadimplência acima de 90 dias não foi significativo. Através destes resultados, observa-se que a multicolinearidade realmente existe na regressão realizada.

Visando solucionar estes problemas, foram feitas mais algumas regressões, as quais serão apresentadas a seguir, onde para estas, apenas as variáveis, demanda por crédito e renda, foram transformadas em log.

Na tabela 10, foram utilizadas as mesmas variáveis da tabela 9, a única diferença, conforme já citado, é que na tabela 10, apenas as variáveis, quantidade demandada de crédito e renda, estão na forma de log. Dessa forma, comparando as duas tabelas, verificou-se que não houve grandes mudanças, pois os valores de todas as variáveis, assim como o R^2 e a Estatística d de Durbin-Watson, permaneceram praticamente os mesmos, sem grandes variações.

TABELA 10 - REGRESSÃO 2 - DEMANDA POR CRÉDITO PESSOA FÍSICA NO BRASIL: 2001-2005

Variável dependente: Ln Quantidade demandada de crédito				
Variável	Coeficiente	Desvio padrão	t-estatístico	Probabilidade
C	7.991914	1.161830	6.878731	0.0000
Taxa de Juros Cheque Especial	1.389473	0.219897	6.318741	0.0000
Taxa de Juros Crédito Pessoal	-1.691516	0.413526	-4.090473	0.0001
Spread Bancário	-2.107359	0.653450	-3.224974	0.0022
Inadimplência entre 15 e 90 dias	0.101090	0.039677	2.547808	0.0138
Inadimplência acima de 90 dias	-0.001696	0.021212	-0.079948	0.9366
Ln Renda	0.715563	0.232155	3.082269	0.0033
R quadrado	0.732243	Média da variável dependente		11.76268
R quadrado ajustado	0.701930	Desvio padrão da var. depend.		0.153400
Soma dos erros da regressão	0.083750	Critério de inform. de Akaike		-2.012677
Soma do quadrado do resíduo	0.371746	Critério de Schwarz		-1.768337
Logaritmo de verossimilhança	67.38032	F-estatístico		24.15673
Estatística d de Durbin-Watson	0.570260	Probabilidade (F-estatístico)		0.000000

NOTAS: Dados para realizar a regressão: BC e IPEADATA (em anexo)

Número de observações: 60

Na tabela 11, apresentada a seguir, foram retiradas duas variáveis, que são a taxa de juros do cheque especial e a inadimplência acima de 90 dias. Nesta, os resultados mostraram-se ruins comparados à tabela anterior, dado que não resolveu o sinal da inadimplência, e, o spread, apresentou um valor não significativo, além disso, a percentagem do R^2 diminuiu de 73% para 53%, e o valor da estatística d de Durbin-Watson também reduziu, este último, demonstra que a retirada de duas variáveis resultou em um problema de autocorrelação ainda maior.

TABELA 11 - REGRESSÃO 3 - DEMANDA POR CRÉDITO PESSOA FÍSICA NO BRASIL: 2001-2005

Variável dependente: Ln Quantidade demandada de crédito				
Variável	Coeficiente	Desvio padrão	t-estatístico	Probabilidade
C	9.384290	1.484216	6.322726	0.0000
Taxa de Juros Crédito Pessoal	-1.202917	0.420631	-2.859794	0.0060
Spread Bancário	-0.519358	0.721929	-0.719404	0.4749
Inadimplência entre 15 e 90 dias	0.133794	0.048164	2.777898	0.0075
Ln Renda	0.571065	0.299526	1.906562	0.0618
R quadrado	0.526217	Média da variável dependente		11.76268
R quadrado ajustado	0.491760	Desvio padrão da var. depend.		0.153400
Soma dos erros da regressão	0.109361	Critério de inform. de Akaike		-1.508676
Soma do quadrado do resíduo	0.657786	Critério de Schwarz		-1.334148
Logaritmo de verossimilhança	50.26029	F-estatístico		15.27174
Estatística d de Durbin-Watson	0.233952	Probabilidade (F-estatístico)		0.000000

NOTAS: Dados para realizar a regressão: BC e IPEADATA (em anexo)

Número de observações: 60

Na tabela 12, além das duas variáveis retiradas na regressão da tabela 11, excluiu-se o spread bancário, com isso, a taxa de juros do crédito pessoal apresentou resultado melhor, demonstrando que se a taxa de juros reduzir em 1 p.p., a demanda por crédito aumentará 1,43 p.p. A inadimplência entre 15 e 90 dias não teve grande variação, da mesma forma que a renda também não. O R^2 não sofreu alteração e a autocorrelação aumentou ainda mais, provavelmente por consequência da saída de mais uma das variáveis.

TABELA 12 – REGRESSÃO 4 - DEMANDA POR CRÉDITO PESSOA FÍSICA NO BRASIL: 2001-2005

Variável dependente: Ln Quantidade demandada de crédito				
Variável	Coeficiente	Desvio padrão	t-estatístico	Probabilidade
C	9.397255	1.477700	6.359381	0.0000
Taxa de Juros Crédito Pessoal	-1.434683	0.269276	-5.327927	0.0000
Inadimplência entre 15 e 90 dias	0.130317	0.047714	2.731223	0.0084
Ln Renda	0.558546	0.297729	1.876019	0.0659
R quadrado	0.521759	Média da variável dependente		11.76268
R quadrado ajustado	0.496139	Desvio padrão da var. depend.		0.153400
Soma dos erros da regressão	0.108889	Critério de inform. de Akaike		-1.532644
Soma do quadrado do resíduo	0.663976	Critério de Schwarz		-1.393021
Logaritmo de verossimilhança	49.97932	F-estatístico		20.36525
Estatística d de Durbin-Watson	0.216907	Probabilidade (F-estatístico)		0.000000

NOTAS: Dados para realizar a regressão: BC e IPEADATA (em anexo)

Número de observações: 60

Diante do exposto, observou-se que as mudanças realizadas não foram suficientes para solucionar os dois problemas verificados na primeira regressão, pois a autocorrelação aumentou ainda mais com a exclusão de algumas das variáveis, e a multicolinearidade também continuou, dado que ainda existe algum grau de correlação entre as variáveis explicativas.

Dessa forma, seria necessário um estudo mais cuidadoso relacionado a esta questão, a fim de averiguar e solucionar estes dois problemas citados. Dado que, estes foram verificados e tentou-se solucioná-los, mas sem grande sucesso.

Por fim, a finalidade deste capítulo, conforme descrito no início desta seção, foi demonstrar as relações existentes entre a demanda por crédito e as suas variáveis explicativas, e, apesar de alguns problemas terem surgido, tais relações que se buscou explicar continuam válidas, pois estas, podem ser comprovadas na prática.

CONCLUSÃO

Desde 1999 o BC estuda maneiras para diminuir os custos do crédito no país, e consequentemente aumentar o volume de empréstimos concedido pela economia, o qual apresenta um nível muito baixo.

De acordo com o BC, verificou-se que a demanda por crédito pessoa física é influenciada por diversos fatores, tais como: flutuações das taxas de juros; alto custo dos empréstimos, ao qual a elevada taxa de juros também se insere, assim como os altos níveis de inadimplência; as incertezas econômicas quanto ao futuro; redução da renda; condições desfavoráveis no mercado de trabalho, entre outros. Enfim, se as condições econômicas não estão sendo favoráveis, a procura por empréstimos poderá ser afetada.

Algumas medidas foram adotadas para aumentar e melhorar o volume de crédito. Uma delas foi o incentivo por parte do governo através do crédito consignado, o qual contribuiu para que houvesse maior qualidade nos empréstimos, e assim aumentando o volume de crédito pessoal, que refletiu no aumento do total pessoa física e contribuiu para a elevação das concessões realizadas a partir de 2004. Este resultado demonstra que as operações de crédito pessoa física tem uma importante participação no total realizado, chegando ao final de 2005 em 47,24%.

Diante do que foi apresentado nesta monografia, procurou-se analisar os principais fatores que de uma forma ou de outra influenciaram nas operações de crédito pessoa física, buscando apresentar também as dificuldades que tais fatores exerceram principalmente sobre a demanda.

Com isso, verificou-se que a renda pode influenciar na procura por empréstimos, na medida em que, se ela aumentar, haverá uma elevação da demanda. Por outro lado, uma deterioração da renda, poderá fazer com que haja uma demanda reprimida. Outro caso é constituído por pessoas que não possuem nenhuma fonte de renda, e por consequência não poderão ter acesso ao crédito.

No que se refere à inadimplência com atraso entre 15 e 90 dias, observou-se no período que compreende 2000-2005, uma maior taxa em outras operações e no cartão

de crédito, e a menor é apresentada no cheque especial. No atraso acima de 90 dias, a diferença é que a aquisição de bens veículos é a modalidade que passa a ter a menor taxa. Se a inadimplência aumenta, os bancos poderão restringir o crédito ou aumentar o custo ao tomador final, através da elevação da taxa de juros, por exemplo, de forma a compensar os elevados índices de devedores inadimplentes, resultando em maiores dificuldades para o cliente na hora de obter o empréstimo.

Quanto à taxa de juros, verificou-se que as maiores taxas são apresentadas pelo cheque especial, e as menores pela aquisição de bens veículos. Se a taxa de juros aumenta, o volume de crédito diminui, e se ela diminui o volume de crédito aumenta. Assim, a demanda por empréstimos aumentará, se os juros reduzirem.

O spread também apresenta sua maior taxa no cheque especial e a menor na aquisição de veículos, este último, por ser a própria garantia da operação, faz com que o spread seja menor, dado que as demais operações não apresentam garantia. Assim como a taxa de juros, o spread afeta sobre o custo final do tomador de empréstimos, pois se ele aumenta, a procura por crédito diminui.

Com relação à assimetria de informação, notou-se que ela é um dos fatores que pode prejudicar ambas as partes, tanto o tomador quanto o credor, pois o difícil acesso à informação, ou a falta dela, poderá resultar em dois problemas, que são o risco moral e a seleção adversa, por consequência, influenciando negativamente nas operações de crédito.

Portanto, todas as variáveis analisadas demonstraram exercer influências sobre o crédito, seja de uma forma ou de outra, assim como, geram algum grau de dificuldade para as operações.

Por fim, os resultados obtidos através da regressão, em geral apresentaram o que se esperava, demonstrando que a demanda por crédito possui uma relação inversa com as variáveis taxa de juros e spread bancário, e uma relação positiva com a renda. Pois na medida em que a taxa de juros diminui, haverá uma elevação da demanda por crédito, assim como, se há uma redução do spread, sua procura também aumentará, e no caso da renda, se esta aumentar, levará a um aumento da procura por empréstimos. No que se refere à inadimplência, analisando os resultados obtidos de acordo com o

modelo de equações simultâneas, para os atrasos entre 15 e 90 dias, conclui-se que tanto a demanda por crédito quanto a inadimplência podem ser variáveis dependentes, ou seja, verificou-se que se há um aumento da inadimplência, haverá maiores restrições na oferta e conseqüentemente afetará a demanda, podendo levar igualmente a uma redução, obtendo-se nesse caso uma relação inversa. Se for colocada a inadimplência como variável dependente, observa-se que se houver um aumento da procura por crédito, poderá ocorrer uma elevação do número de pessoas inadimplentes, ou seja, aumentará a taxa de inadimplência.

Assim, diante do que foi apresentado, espera-se que com medidas adotadas pelo BC e pelo governo, o volume de crédito concedido no Brasil venha a aumentar, elevando a relação crédito/PIB, juntamente com um maior crescimento da economia. Além disso, poderiam ser estudadas maneiras, além das existentes, para que a taxa de juros e o spread bancário sejam reduzidos, com o objetivo de contribuir para a redução dos custos ao tomador final de recursos, conseqüentemente, é de se esperar que haja uma elevação da quantidade de empréstimos realizados pelos bancos, levando assim, a um aumento da demanda.

REFERÊNCIAS

BADER, F. L. C.; CHU, V, Y, T. **Notas técnicas do Banco Central do Brasil: Resenha sobre o spread bancário**. 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/Port/2002nt21spreadbancariop.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia Bancária e Crédito - Avaliação de 3 anos do projeto Juros e Spread Bancário**. 2002a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospread122002.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia Bancária e Crédito - Avaliação de 4 anos do projeto Juros e Spread Bancário**. 2003a. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/ftp/rel_economia_bancaria_credito.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia Bancária e Crédito - Avaliação de 5 anos do Projeto Juros e Spread Bancário**. 2004a. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/SemEcoBanCred2004/Port/economia_bancaria_e_credito.pdf>. Acesso em: 07 set. 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Juros e Spread Bancário**. 2000a. Disponível em: <www.bcb.gov.br/htms/Infecon/nitj200003.asp>. Acesso em: 07 set. 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Juros e Spread Bancário no Brasil - Avaliação de 1 ano do projeto**. 2000b. Disponível em: <www.bcb.gov.br/ftp/jurospread112000.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Juros e Spread Bancário no Brasil - Avaliação de 2 anos do Projeto**. 2001a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospread112001.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Juros e Spread Bancário. Série perguntas mais frequentes**. 2003b. Brasília: Secretaria de Relações Institucionais, 2003, p. 7-26.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

BARBOSA, G.; GÓES, T. **Crédito e Financiamento no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://www.nec.ufba.br/artigos/Inflacao_Politica_Monetaria_e_Fiscal/2004/2004.10%20-%20Cr%C3%A9dito%20e%20financiamento%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2006.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Anual 1999**. Brasília, v. 35, p. 58-66.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Anual 2001**. 2001b. Brasília, v. 37, p. 65-75.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Anual 2002**. 2002b. Brasília, v. 38, p. 60-70.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Anual 2003**. 2003c. Brasília, v. 39, p. 63-73.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Anual 2004**. 2004b. Brasília, v. 40, p. 55-62.

BONATTO, A. R. **Aspectos gerais da relação de crédito**. 2002a. Disponível em <http://www.analisefinanceira.com.br/artigos/credor_devedor.htm>. Acesso em: 03 abr. 2006.

BONATTO, A. R. **Desafios da concessão de crédito**. 2002b. Disponível em <http://www.analisefinanceira.com.br/artigos/credito_desafio.htm>. Acesso em: 03 abr. 2006.

CARVALHO, F. J. C. **Economia Monetária e Financeira: teoria e política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001, p. 41-58, 165-180, 235-250, 274-357, 391-392.

CHICK, V. **Macroeconomia após Keynes: um reexame da teoria geral**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993, p. 191-194, 257-268.

COSTA, F. N. **Bancarização, Crédito Popular e Microcrédito**. 2002. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo274.htm>>. Acesso em: 18 set. 2005.

COSTA, F. N. **Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista**. São Paulo: Makron Books, 1999, p. 205-230, 251-264.

DILLARD, D. **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária**. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia Ltda, 1989, p. 151-153.

FACHADA, P.; FIGUEIREDO, L. F.; LUNDBERG, E. **Notas técnicas do Banco Central do Brasil: Sistema Judicial e Mercado de Crédito no Brasil**. 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/notastecnicas/port/2003nt35sistemajudicialmercadocredbrasilp.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2006.

FARHI, M. **Moeda e Finanças Privadas: Crédito, mercados de capitais e perspectivas de crescimento**. 2003. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim2/secaoiii.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2006.

GONZALEZ, L. **Compartilhamento de informação de crédito: evidências para o mercado brasileiro**. 2006. Disponível em: <<http://www.encuentrofinanzas.cl/SitioAntiguo/Programa/Trabajos%20presentados/165.doc>>. Acesso em: 06 abr. 2006.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000, p. 317-345, 641-644.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares**. 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 ago. 2006.

IPEADATA. 2006a. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?152013984>>. Acesso em: 18 ago. 2006.

IPEADATA. 2006b. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?88544187>>. Acesso em: 19 set. 2006.

KEYNES, J. M. **A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982, p. 83-95, 136-142.

LIMA, F. **Portal do Factoring**. 2005. Disponível em <<http://www.portaldofactoring.com.br/news.php?cod=489>>. Acesso em: 07 set. 2005.

PAULA, L. F.; LEAL, R. M. **Custo do Crédito no Brasil: uma avaliação recente**. 2006. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/educacao/luizfpaula/material_lf/discussao/Custo_do_Credito_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2006.

PEREIRA, S. L. G. **Na mira do crédito**. 2006. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/artigos/4207.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2006.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002, p. 601-628.

SICREDI. **Perspectivas Econômicas para o Brasil – 2003-2005**. 2002. Disponível em: <http://www.sicredi.com.br/informes_econ/cenario_eco/trienal2003_2005/cen_econ_trienal2003_2005.html>. Acesso em: 18 ago. 2006.

FARHI, M. **Moeda e Finanças Privadas: Crédito, mercados de capitais e perspectivas de crescimento**. 2003. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim2/secaoiii.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2006.

GONZALEZ, L. **Compartilhamento de informação de crédito: evidências para o mercado brasileiro**. 2006. Disponível em: <<http://www.encuentrofinanzas.cl/SitioAntiguo/Programa/Trabajos%20presentados/165.doc>>. Acesso em: 06 abr. 2006.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000, p. 317-345, 641-644.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares**. 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 ago. 2006.

IPEADATA. 2006a. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?152013984>>. Acesso em: 18 ago. 2006.

IPEADATA. 2006b. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?88544187>>. Acesso em: 19 set. 2006.

KEYNES, J. M. **A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982, p. 83-95, 136-142.

LIMA, F. **Portal do Factoring**. 2005. Disponível em <<http://www.portaldofactoring.com.br/news.php?cod=489>>. Acesso em: 07 set. 2005.

PAULA, L. F.; LEAL, R. M. **Custo do Crédito no Brasil: uma avaliação recente**. 2006. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/educacao/luizfpaula/material_lf/discussao/Custo_do_Credito_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2006.

PEREIRA, S. L. G. **Na mira do crédito**. 2006. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/artigos/4207.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2006.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002, p. 601-628.

SICREDI. **Perspectivas Econômicas para o Brasil – 2003-2005**. 2002. Disponível em: <http://www.sicredi.com.br/informes_econ/cenario_eco/trienal2003_2005/cen_econ_trienal2003_2005.html>. Acesso em: 18 ago. 2006.

TABELA 13 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES – TOTAL CONCEDIDO PARA O SEGMENTO PESSOA FÍSICA E OS VALORES REFERENTES À INADIMPLÊNCIA⁽¹⁾

Mês/Ano	Operações de crédito com recursos livres - Total pessoa física	Operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros - Inadimplência de 15 a 90 dias em relação ao total pessoa física	Operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros - Inadimplência acima de 90 dias em relação ao total pessoa física
	R\$ (Bilhões)	%	%
Fev/04	104,319	6,88	7,35
Mar/04	106,760	6,97	6,89
Abr/04	109,235	6,79	6,63
Mai/04	111,916	6,53	6,59
Jun/04	114,277	6,49	6,54
Jul/04	117,228	6,28	6,62
Ago/04	120,964	6,44	6,42
Set/04	124,189	7,05	6,31
Out/04	131,789	6,49	6,53
Nov/04	134,551	6,45	6,36
Dez/04	138,548	5,76	6,20
Jan/05	142,607	6,17	6,16
Fev/05	146,050	6,42	6,03
Mar/05	150,924	6,75	5,86
Abr/05	155,177	6,72	6,12
Mai/05	160,965	6,94	6,00
Jun/05	164,423	6,47	5,87
Jul/05	168,033	6,38	5,90
Ago/05	173,872	6,64	6,30
Set/05	178,261	6,53	6,60
Out/05	182,629	6,91	6,47
Nov/05	186,867	6,97	6,80
Dez/05	190,731	6,19	6,74

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS: Tabela extraída de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

⁽¹⁾ Dados utilizados para realizar a regressão

TABELA 14 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES – VALORES QUE CORRESPONDEM À TAXA DE JUROS E AO SPREAD BANCÁRIO⁽¹⁾

continua

Mês/Ano	Taxa média mensal (pré-fixada) das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros - Cheque especial	Taxa média mensal (pré-fixada) das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros - Crédito pessoal	Spread médio das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros pré-fixada - Total pessoa física	
	% a.a.	% a.a.	p.p.	
Jan/01	152,62	67,31	47,93	
Fev/01	150,38	70,94	50,61	
Mar/01	148,78	68,41	46,16	
Abr/01	145,10	73,06	46,84	
Mai/01	145,70	72,06	45,07	
Jun/01	147,07	74,40	45,92	
Jul/01	150,04	78,58	44,84	
Ago/01	158,80	83,07	50,17	
Set/01	159,89	86,21	51,00	
Out/01	160,29	89,17	54,28	
Nov/01	160,46	87,49	53,06	
Dez/01	160,18	84,25	50,99	
Jan/02	160,10	84,73	52,78	
Fev/02	160,35	83,68	52,88	
Mar/02	159,56	83,64	53,33	
Abr/02	159,70	83,09	50,86	
Mai/02	158,40	81,99	50,13	
Jun/02	158,77	80,77	46,61	
Jul/02	158,75	82,79	49,21	
Ago/02	158,07	83,69	50,48	
Set/02	158,39	85,42	50,56	
Out/02	158,53	88,82	51,50	
Nov/02	160,87	93,26	53,54	
Dez/02	163,93	91,84	54,51	
Jan/03	171,47	95,28	56,79	
Fev/03	173,08	98,90	56,27	
Mar/03	177,94	100,63	59,91	
Abr/03	178,46	98,67	59,89	
Mai/03	177,60	98,09	59,98	
Jun/03	176,98	96,56	58,54	
Jul/03	173,90	91,71	56,35	
Ago/03	163,86	87,50	53,61	
Set/03	152,16	83,92	52,13	
Out/03	147,44	83,27	51,69	
Nov/03	146,49	81,97	51,17	
Dez/03	144,63	80,32	50,85	

TABELA 14 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES – VALORES QUE CORRESPONDEM À TAXA DE JUROS E AO SPREAD BANCÁRIO⁽¹⁾

Mês/Ano	Taxa média mensal (pré-fixada) das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros - Cheque especial	Taxa média mensal (pré-fixada) das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros - Crédito pessoal	Spread médio das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros pré-fixada - Total pessoa física
	% a.a.	% a.a.	p.p.
Fev/04	142,89	76,63	48,64
Mar/04	142,03	76,54	48,62
Abr/04	140,18	75,26	47,92
Mai/04	140,50	72,67	45,16
Jun/04	140,30	71,89	45,01
Jul/04	140,14	71,66	45,29
Ago/04	140,62	73,82	45,74
Set/04	140,62	73,87	45,69
Out/04	141,10	71,87	45,09
Nov/04	141,97	70,93	45,64
Dez/04	143,97	68,37	43,93
Jan/05	144,60	71,17	45,17
Fev/05	146,36	70,00	45,40
Mar/05	146,10	68,71	45,34
Abr/05	147,58	68,68	45,37
Mai/05	147,57	69,93	46,82
Jun/05	148,02	68,56	46,29
Jul/05	148,04	69,41	43,04
Ago/05	148,48	69,47	42,81
Set/05	148,75	70,55	44,03
Out/05	148,58	70,27	43,88
Nov/05	149,17	68,74	43,25
Dez/05	147,45	67,28	42,74

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS: Tabela extraída de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. 2006. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

⁽¹⁾ Dados utilizados para realizar a regressão

TABELA 15 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE BENS INTERMEDIÁRIOS⁽¹⁾

Período	Produção industrial - bens intermediários - quantum - índice dessazonalizado	Período	Produção industrial - bens intermediários - quantum - índice dessazonalizado	Período	Produção industrial - bens intermediários - quantum - índice dessazonalizado
Jan/01	99,52	Jan/03	101,94	Jan/05	110,2
Fev/01	101,15	Fev/03	101,36	Fev/05	108,96
Mar/01	98,52	Mar/03	102,26	Mar/05	109,25
Abr/01	97,07	Abr/03	101,39	Abr/05	110,78
Mai/01	97,05	Mai/03	100,69	Mai/05	111,35
Jun/01	95,57	Jun/03	99,14	Jun/05	113,27
Jul/01	95,63	Jul/03	100,05	Jul/05	110,69
Ago/01	95,01	Ago/03	101,26	Ago/05	110,74
Set/01	94,28	Set/03	104,11	Set/05	110,25
Out/01	91,41	Out/03	104,4	Out/05	110,29
Nov/01	93,03	Nov/03	104,36	Nov/05	110,5
Dez/01	94,86	Dez/03	103,96	Dez/05	111,84
Jan/02	97,48	Jan/04	104,89	...	...
Fev/02	100,13	Fev/04	105,22	...	...
Mar/02	98,87	Mar/04	107,23	...	...
Abr/02	98,75	Abr/04	107,21	...	...
Mai/02	98,72	Mai/04	109,09	...	...
Jun/02	100,44	Jun/04	109,28	...	...
Jul/02	100,07	Jul/04	111,53	...	...
Ago/02	99,96	Ago/04	111,76	...	...
Set/02	100,18	Set/04	111,63	...	...
Out/02	101,5	Out/04	111,48	...	...
Nov/02	102,63	Nov/04	110,52	...	...
Dez/02	101,83	Dez/04	111,49	...	...

FONTE: IPEADATA

NOTAS: Tabela extraída de: IPEADATA. 2006b. Disponível em:

<<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?88544187>>. Acesso em: 19 set. 2006.⁽¹⁾ Dados utilizados na regressão como *proxy* da renda.